IDCH
Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas

Coleção
Ditadura em SC



RECORTES DE JORNAIS

PAULO STUART WRIGHT

V. 3



ACERVO DITADURA EM SANTA CATARINA

Pasta: documentos Paulo Stuart Wright

Noticias de jornais e Internet

Digitalização e organização:
Ana Carolina Leite de Menezes e Iraci Borszcz
Coordenação: Profa. Fernanda de Sales

Florianópolis, 2017

PASTA: NOTICIAS DE JORNAIS

CÓDIGO	REFERÊNCIAS
001	PROJETO propõe revogação de cassação de mandato do deputado Paulo Stuart Wright. 10 ago. 2012. Notícia postada no Portal ALESC.
002	LONGO, Raul. **As cassações de Paulo Stuart Wright.** 6 ago. 2012. Enviado para Blog do Bourdoukan. Disponível em: <http://blogdobourdoukan.blogspot.com.br/2012/08/cassacoes-de-paulo-stuart-wright-raul.html>. Acesso em: 06 abr. 2017.
003	PEREIRA, Moacir. **Cresce movimento contra nova cassação de Paulo Wright.** 6 ago. 2012. Disponível em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2012/08/08/cresce-movimento-contra-nova-cassacao-de-paulo-wright/>. Acesso em: 06 abr. 2017.
004	INFORMAÇÕES Completas sobre a Tramitação da Proposição. 6 ago. 2012. Postado no Portal ALESC. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/proclegis/individual.php?id=PL./0199.9/2011>. Acesso em 06 abr. 2017.
005	TAVARES, Elaine. **Paulo Wright, estrada de liberdade**. 5 ago. 2012. Página da Web.
006	PEREIRA, Moacir. **Apelos ao governador para rejeitar mudança da Avenida Paulo Wright**. 3 ago. 2012. Página da Web.
007	RAMOS, Sérgio da Costa. De novo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20 out. 2011. Recorte de jornal.
008	AZEVEDO, Roberto. Informe Político. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10 nov. 2011. Recorte de jornal.
009	BENASSI, Louise. **Projeto de Lei que modifica nome de Rodovia Estadual Paulo Stuart Wright revolta familiares de mortos e desaparecidos políticos.** 19 jul. 2012. Matéria para Band Santa Catarina. Disponível em: <http://bandsc.com.br/canais/politica/projeto_de_lei_que_modifica_nome_de_rodovia_estadual_revolta_familiares_de_mortos_e_desaparecidos_politicos.html>. Acesso em: 7 abr. 2017.
010	PEREIRA, Moacir. **[Deputado quer cassar Paulo Wright outra vez]**. [22 out. 2011]. Página da Web.
011	MANIFESTO Memória, Verdade e Justiça – Coletivo Catarinense. Florianópolis, 23 ago. 2011.
012	MDB pede comissão especial para saber de Paulo Wright. **O Estado**, Florianópolis, 3 de ago. 1979. Legislativo, recorte de jornal. MDB pede documento da cassação do deputado Paulo Wright em 1964. **O Estado**, Florianópolis, 7 ago. 1979. Recorte de jornal. DEPUTADO procura desaparecido. **Jornal Do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 ago. 1979. Do Correspondente em Florianópolis, recorte de jornal.

	ASSEMBLÉIA pede por ex-deputado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 1979. Do correspondente em Florianópolis, recorte de jornal.
012A	INICIADO processo de Ação Popular. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 1970. Das Sucursais, recorte de jornal.
012B	ALBUQUERQUE, Sebastião B. de. [Paulo Wright]. **O Estado**, Florianópolis, 10 ago. 1979. Opinião do leitor, recorte de jornal.
012C	AMARAL, Ricardo. Lista do governo tem 136 desaparecidos. [19--]. Recorte de jornal.
013	APML: 27 denunciados. **Diário da Noite**, 14 mar. 1974. Em Registro, Justiça Militar, recorte de jornal.
014	SILVA, Alessandro da. Uma afronta à nossa memória política. **Notícias do Dia**, Florianópolis, [20--]. Recorte de Jornal.
015	VIANA, Natália. Polêmica: Wright deixa de ser nome de rodovia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, [20--]. Política. Recorte de jornal.
016	MARTINI, Rafael. Vitória da memória. **Diário Catarinense**, Florianópolis, [20--]. Recorte de jornal.
017	RAMOS, Sérgio da Costa. Vale o apelido. **Diário Catarinense**, Florianópolis, [20--]. Recorte de jornal.
018	[LEGISLATIVO veste toga da Revolução]. Joinville, 30 set. 1984. Especial, recorte de jornal, 8 p.
019	OS SEGREDOS da cassação estão no cofre da AL. Recorte de jornal, notas a caneta.
020	WRIGHT, Paulo Stuart. **Mensagem aos cristãos de Santa Catarina**. [?] Candidato à deputado estadual.
021	Fichário da DPS confirma: Stuart Wright – morto, Elson Costa – morto, Virgílio Gomes – morto. **Correio de Notícia**. Folha solta.
022	ESCLARECIMENTO Prestado a Comunidade Evangélica Brasileira pela Mesa do Conselho Geral da Igreja Metodista. **Expositor Cristão**, São Paulo, 20 fev. 1974.
023	NUNES, Hermínio. Assembléia deverá reabilitar Paulo Wright. **O Estado**, Florianópolis, 13 dez. 1992. Recorte de jornal.
023A	MARTINS, Celso. Cassação sumária e sem motivos. **O Estado**, Florianópolis, 13 dez. 1992. Recorte de jornal.
024	EMOÇÃO marca homenagem especial da AL. **O Estado**, Florianópolis, 10 dez. 1992. Política, recorte de jornal.
025	LEITÃO, Sérgio Sá. **Balada triste**. [s.l., s. data.]. Dica do dia, recorte de jornal.
026	WRIGHT, Jaime. **Entrevista concedida a J.B. Nunes.** Recorte de jornal.
027	ASSEMBLÉIA repara injustiça. **O Estado**, Florianópolis, [199-]. Informação geral, recorte de jornal.
028	AL pode resgatar dívida com Paulo Wright, 30 anos depois. **O Estado**, Florianópolis, 10 maio 1984. Recorte de Jornal.
029	ASSEMBLÉIA pode anular cassação de Paulo Wright.[?]. Recorte de jornal.
030	PIZARRO, Carlos. Revolução em Santa Catarina. [?], jan./fev. Recorte de jornal. Dados da matéria de Eber Ferter, assessor de Paulo Wright no trabalho de direção da FECOPESCA.
031	BERGMANN, Dulce. Onde está Wright sequestrado após a cassação em 64? **FM**, [S.l.], 6 ago. 1979. Recorte de Jornal.
032	MEMÓRIA, Verdade e Justiça - Coletivo Catarinense. **Paulo Stuart Wright.**

001 - PROJETO propõe revogação de cassação de mandato do deputado Paulo Stuart Wright. 10 ago. 2012. Notícia postada no Portal ALESC.

Buscar por:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ATIVIDADE PARLAMENTAR

LEGISLAÇÃO

COMUNICAÇÃO

CONSULTAS

ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇOS

LINKS

TRANSPARÊNCIA

ALE C

Página Inicial | Deputados Estaduais | Mapa do Site | Contato

DESCRIÇÃO DA NOTÍCIA



Projeto propõe revogação da cassação do mandato do deputado Paulo Stuart Wright

Com a proposta de revogar a Resolução nº 85, de 11 de maio de 1964, que cassou o mandato do deputado Paulo Stuart Wright, o deputado Jailson Lima (PT) protocolou nesta quarta-feira (8), na Assembleia Legislativa, o Projeto de Resolução 8/2012.

De acordo com o parlamentar, o objetivo da proposição é "resgatar a dignidade de uma das vítimas da ditadura". A matéria segue agora para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Saiba mais

Paulo Stuart Wright nasceu em 02/06/1933, em Herval do Oeste, na época distrito de Joaçaba (SC). Filho de Lathan Ephair Wright e Maggie Belle, missionários presbiterianos norte-americanos.

O sociólogo destacou-se por participar da criação de diversos sindicatos em Joaçaba. Também ajudou a organizar cooperativas de pescadores do litoral catarinense em uma federação, a Fecopesca.

Conforme dados da Coordenadoria de Informações da Assembleia Legislativa, exerceu os cargos de secretário regional da Unidade Cristã de Estudantes do Brasil (1960), secretário da Delegacia Regional da Fronteira Sudoeste, em Joaçaba, (1961), e diretor da imprensa Oficial do Estado, em Florianópolis.

Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, representou o Partido Social Progressista (PSP) durante a 5ª Legislatura, período que compreende os anos de 1963 e 1967. Seu mandato de deputado estadual foi cassado em 1964, ano do golpe de Estado no Brasil e do estabelecimento da ditadura militar no país (1964-1985).

Com base em documentos históricos, Wright foi para o México e, depois de um ano retornou, ao Brasil. Ingressou no movimento Ação Popular (AL), onde atuou, por cito anos na clandestinidade. Foi preso pelo II Exército, em São Paulo, em setembro de 1972, e levado ao DOI-CODI.

Segundo informações divulgadas no sítio oficial do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (www.torturanuncamais-rj.org.br), Paulo Stuart Wright "foi morto por torturas nas primeiras 48 horas do seu cativeiro. Até hoje não se sabe o que fizeram com seus restos mortais". (Ludmilla Gadotti)



Voltar

1

002 - LONGO, Raul. **As cassações de Paulo Stuart Wright.** 6 ago. 2012. Enviado para Blog do Bourdoukan. Disponível em: <http://blogdobourdoukan.blogspot.com.br/2012/08/cassacoes-de-paulo-stuart-wright-raul.html>. Acesso em: 06 abr. 2017.

blog do bourdoukan

Enquanto houver um explorado ou um oprimido não haverá paz

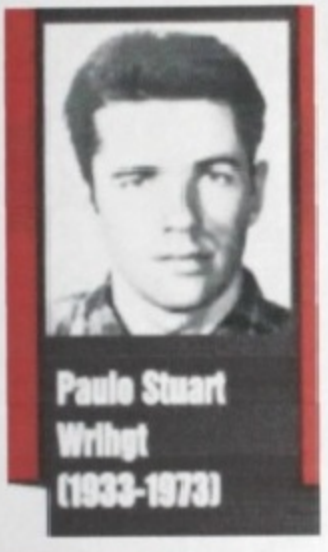
Georges Bourdoukan [mailto: georgesbourdoukan@gmail.com**]**

Enviada em: segunda-feira, 6 de agosto de 2012 06:05

Assunto: Re: Sobre Paulo Stuart Wright Caríssimo Está no blog.
http://blogdobourdoukan.blogspot.com.br/

As cassações de Paulo Stuart Wright

Raul Longo



Paulo Stuart Wrihgt, preso e assassinado pela ditadura

Poucos personagens da triste história política brasileira foram tantas vezes cassados. Depois de seus direitos políticos, Paulo Stuart Wright teve seus direitos religiosos cassados e, por fim, seu direito à vida.

Mesmo tantos anos depois de assassinado pela ditadura militar, Paulo continua sendo cassado. Agora a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina pretende cassar a memória de sua existência, com votos até de parlamentares (pasmem!) do PT do estado.

Derlei De Luca, companheira na luta de Paulo contra a truculência da ditadura, e também por ela vitimada, levanta-se pelo resgate do legado deste militante pela liberdade e manifesta sua indignação pelo projeto de

003 - PEREIRA, Moacir. **Cresce movimento contra nova cassação de Paulo Wright.** 6 ago. 2012. Disponível em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2012/08/08/cresce-movimento-contra-nova-cassacao-de-paulo-wright/>. Acesso em: 06 abr. 2017.

Moacir Pereira 003

Cresce movimento contra nova cassação de Paulo Wright

06 de agosto de 2012 2

Depende apenas do governador Raimundo Colombo o destino do projeto do deputado Gilmar Knasel, do PSDB, que propõe a mudança da Avenida Paulo Stuart Wright, para Avenida Francisco Fleith, a ligação entre a BR-101 e os municípios de Penha e Piçarras.
O projeto do tucano já foi aprovado pela Assembleia Legislativa e está para sanção do governador. Colombo tem recebido uma série de apelos, cartas e manifestações para que vete o projeto. Na prática, segundo movimento político em defesa da manutenção do nome, representa uma segunda cassação de Paulo Wright.
Deputado estadual e organizador das cooperativas de pesca no litoral de Santa Catarina, Paulo Wright teve o mandato cassado pelo parlamento em 1964, a pedido do regime militar.

Segundo a professora Derlei Catarina de Lucca, uma das líderes do movimento contra a nova cassação, o governador deve decidir o destino do projeto de lei até quinta-feira.

Postado por Moacir Pereira, às 8:32

Categorias: 1

Comentários (2)

- André diz: 6 de agosto de 2012

  Nobres deputados catarinenses não tem mais o que fazer, a não ser, mudar nome de ruas.
  Políticos catarinenses medíocres e povo conivente.

- Luis diz: 6 de agosto de 2012

  A ALESC, covardemente,cassou-o uma primeira vez. Entregou-o à clandestinidade e morte. Agora, nova canalhice. E outra, Moacir, porque não se produziu ainda sua biografia? Nossos autores de livros correlatos só tem olhos para as figuras conservadoras, com edulcoradas e muito questionáveis memórias?

004 - INFORMAÇÕES Completas sobre a Tramitação da Proposição. 6 ago. 2012. Postado no Portal ALESC. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/proclegis/individual.php?id=PL./0199.9/2011>. Acesso em 06 abr. 2017.

004

PROCLEGIS — ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Sistema de Acompanhamento de Processo Legislativo

Home
Pesquisas Proposições
Por Número
Por Assunto
Avançado
Não Capeada
Ordem do Dia
Pauta
PUSH Alesc

Informações Completas sobre a Tramitação da Proposição

Proposição	Projeto de Lei	Projeto Original	PUSH Alesc
Número	**PL./0199.9/2011**		
Transformação de Proposições	PL./0199.9/2011		
Proponente	Legislativo		
Autor	Gilmar Knaesel		
DataEntrada	07/06/2011		
Regime	ORDINÁRIO		
Ementa	Altera o art. 1º da Lei nº 15.450, de 2011. (denomina rodovia)		

Data	Setor	Ação
PL./0199.9/2011		
• 07/06/2011	Coordenadoria de Expediente	Lido no Expediente
• 08/06/2011	Coordenadoria de Expediente	Autuado
• 08/06/2011	Coordenadoria de Expediente	À Publicação - D.A. 6.293, de 08/06/11
• 08/06/2011	Coordenadoria de Expediente	Encaminhado à Coordenadoria das Comissões
• 08/06/2011	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 08/06/2011	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 08/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 08/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Distribuído ao Relator Dep. Dado Cherem
• 08/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Luiz Eduardo Cherem
• 08/06/2011	Gabinete Dep. Luiz Eduardo Cherem	Recebido
• 14/06/2011	Gabinete Dep. Luiz Eduardo Cherem	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 14/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 14/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Redistribuído ao Relator por abdicação do relator indicado Elizeu Mattos
• 14/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Elizeu Mattos
• 14/06/2011	Gabinete Dep. Elizeu Mattos	Recebido
• 12/07/2011	Gabinete Dep. Elizeu Mattos	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Parecer do(a) Dep. Elizeu Mattos FAVORÁVEL com emenda(s) Aditiva(s)

UDESC - FAED - IDCH

• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Em reunião da Comissão APROVADO por UNANIMIDADE o parecer do Relator
• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Em Termo de Remessa ao o Chefe de Secretaria da Comissão resume a manifestação da Comissão: Parecer FAVORÁVEL, com Emenda(s) Aditiva(s)
• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado à Coordenadoria das Comissões
• 12/07/2011	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 12/07/2011	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Coordenadoria de Expediente
• 12/07/2011	Coordenadoria de Expediente	Recebido
• 02/08/2011	Coordenadoria de Expediente	Comunicado para a Ordem do Dia da 67ª Sessão Ordinária
• 03/08/2011	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 1ºTurno
• 03/08/2011	Coordenadoria de Expediente	Retirado na 67ª Sessão Ordinária
• 04/10/2011	Coordenadoria de Expediente	Comunicado para a Ordem do Dia da 91ª Sessão Ordinária
• 05/10/2011	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 1ºTurno
• 05/10/2011	Coordenadoria de Expediente	Retirado na 91ª Sessão Ordinária
• 07/02/2012	Coordenadoria de Expediente	Comunicado para a Ordem do Dia da 2ª Sessão Ordinária
• 08/02/2012	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 1ºTurno
• 08/02/2012	Coordenadoria de Expediente	Retirado na 2ª Sessão Ordinária
• 11/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 1ºTurno
• 11/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Aprovado na 80ª Sessão Ordinária
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Incluído na Ordem do Dia
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 2ºTurno
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Aprovado na 83ª Sessão Ordinária - Providencie-se a Redação Final - encaminhe-se a CCJ
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Votação da Redação Final
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Aprovada a Redação Final na 10ª Sessão Extraordinária - Providencie-se
• 25/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Autógrafo expedido ao Governador do Estado para a Sanção, através do Of.GP/DL/392/12, de 25/07/12

<< Voltar Imprimir

004

PROCLEGIS — ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Sistema de Acompanhamento de Processo Legislativo

Home
Pesquisas Proposições
Por Número
Por Assunto
Avançado
Não Capeada
Ordem do Dia
Pauta
PUSH Alesc

Informações Completas sobre a Tramitação da Proposição

Proposição	Projeto de Lei
Número	**PL./0199.9/2011**
Transformação de Proposições	PL./0199.9/2011
Proponente	Legislativo
Autor	Gilmar Knaesel
DataEntrada	07/06/2011
Regime	ORDINÁRIO
Ementa	Altera o art. 1º da Lei nº 15.450, de 2011. (denomina rodovia)

Projeto Original — PUSH Alesc

Data	Setor	Ação
PL./0199.9/2011		
• 07/06/2011	Coordenadoria de Expediente	Lido no Expediente
• 08/06/2011	Coordenadoria de Expediente	Autuado
• 08/06/2011	Coordenadoria de Expediente	À Publicação - D.A. 6.293, de 08/06/11
• 08/06/2011	Coordenadoria de Expediente	Encaminhado à Coordenadoria das Comissões
• 08/06/2011	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 08/06/2011	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 08/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 08/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Distribuído ao Relator Dep. Dado Cherem
• 08/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Luiz Eduardo Cherem
• 08/06/2011	Gabinete Dep. Luiz Eduardo Cherem	Recebido
• 14/06/2011	Gabinete Dep. Luiz Eduardo Cherem	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 14/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 14/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Redistribuído ao Relator por abdicação do relator indicado Elizeu Mattos
• 14/06/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Elizeu Mattos
• 14/06/2011	Gabinete Dep. Elizeu Mattos	Recebido
• 12/07/2011	Gabinete Dep. Elizeu Mattos	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Parecer do(a) Dep. Elizeu Mattos FAVORÁVEL com emenda(s) Aditiva(s)

UDESC - FAED - IDCH

• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Em reunião da Comissão APROVADO por UNANIMIDADE o parecer do Relator
• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Em Termo de Remessao o Chefe de Secretaria da Comissão resume a manifestação da Comissão: Parecer FAVORÁVEL, com Emenda(s) Aditiva(s)
• 12/07/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado à Coordenadoria das Comissões
• 12/07/2011	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 12/07/2011	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Coordenadoria de Expediente
• 12/07/2011	Coordenadoria de Expediente	Recebido
• 02/08/2011	Coordenadoria de Expediente	Comunicado para a Ordem do Dia da 67ª Sessão Ordinária
• 03/08/2011	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 1ºTurno
• 03/08/2011	Coordenadoria de Expediente	Retirado na 67ª Sessão Ordinária
• 04/10/2011	Coordenadoria de Expediente	Comunicado para a Ordem do Dia da 91ª Sessão Ordinária
• 05/10/2011	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 1ºTurno
• 05/10/2011	Coordenadoria de Expediente	Retirado na 91ª Sessão Ordinária
• 07/02/2012	Coordenadoria de Expediente	Comunicado para a Ordem do Dia da 2ª Sessão Ordinária
• 08/02/2012	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 1ºTurno
• 08/02/2012	Coordenadoria de Expediente	Retirado na 2ª Sessão Ordinária
• 11/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 1ºTurno
• 11/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Aprovado na 80ª Sessão Ordinária
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Incluído na Ordem do Dia
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Discussão e Votação em 2ºTurno
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Aprovado na 83ª Sessão Ordinária - Providencie-se a Redação Final - encaminhe-se a CCJ
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Votação da Redação Final
• 17/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Aprovada a Redação Final na 10ª Sessão Extraordinária - Providencie-se
• 25/07/2012	Coordenadoria de Expediente	Autógrafo expedido ao Governador do Estado para a Sanção, através do Of.GP/DL/392/12, de 25/07/12

<< Voltar Imprimir

UDESC - FAED - IDCH

005 - TAVARES, Elaine. **Paulo Wright, estrada de liberdade**. 5 ago. 2012. Página da Web.

005

domingo, 5 de agosto de 2012

Paulo Wrigth, estrada de liberdade



Sim, tenho esse privilégio. Assim como o guri do "sexto sentido", eu também vejo gente morta. Mas é porque, como dizem os sandinistas, hay muertos que nunca mueren. E, esses, nada, nem ninguém, conseguem enterrar. Penso que são assim os que caíram nos tristes anos de ditadura militar. Os vejo por aí, nas ruas, cabelos ao vento, voz retumbante, como nos dias em que andavam a lutar por tempos de claridade. Por mais que uns e outros tentem varrer para debaixo do tapete as lembranças e as memórias dos anos de chumbo, elas assomam, impávidas, porque é preciso lembrar, sempre.

Dia desses vi o Paulo, nas ruas do centro. É, o guri de Joaçaba, filho de missionários, cristão rebelde, incapaz de calar diante da dor do outro. Paulo, que trabalhou na construção civil, na fábrica, que viu seu primeiro filho morrer por falta de assistência médica, que estudou, que fundou sindicatos e cooperativas, e se fez deputado estadual nesse estado de Santa Catarina. O Paulo, que ajudou a fundar a federação dos pescadores para que os homens do mar pudessem ter o controle do trabalho que faziam. O Paulo, que foi cassado no regime militar porque tinha a boca grande, não usava gravata e era apontado como "comunista". O Paulo que amargou a clandestinidade em luta pela liberdade e pelo ideal cristão de amor ao próximo e ao distante. O Paulo, aquele homem bonito de olhos

penetrantes e topetinho rebelde, assassinado em algum porão porque decidira lutar contra a violência de um regime de exceção.

Ao reconhecê-lo, sorri, e ele me devolveu o riso. Caminhamos num silêncio cúmplice, lado a lado, até a praça, onde sentamos sob a figueira. "Soubesse da última?", perguntei. E ele jogou a cabeça para trás numa risada gostosa. "Então, fui cassado outra vez!". É, um deputado desses dias, Gilmar Knaesel, tentando apagar outra vez a memória do Paulo. Já não bastaram tantos anos de silêncio, de olhares furtivos e murmúrios de "terrorista, terrorista". Não! Era pouco. Havia que desaparece-lo outra vez. Como se fosse possível.

Paulo Stuart Wrigth sumiu nos primeiros dias de setembro de 1973, sequestrado de um trem pelo II Exército e levado para o malfadado DOI-CODI de São Paulo onde provavelmente foi assassinado e desaparecido. Dele, os colegas de cárcere só viram a blusa, caída no chão. Nunca mais se ouviu seu riso ou sua voz trovejante contra as injustiças do mundo. E desde aquela primavera a família busca seu corpo. Foram anos de lágrimas, de silêncios e de dor. Pouco a pouco, com o fim da ditadura, as histórias dos porões afloraram e os desaparecidos voltaram a gritar. Não havia corpo, mas havia memória. E elas vieram em borbotões. Nos livros, nos filmes, na televisão.

Com a história revisitada, aqueles que eram apontados como terroristas passaram a ser vistos como pessoas que tiveram a coragem de ser quem eram: jovens cheios de amor pela vida, pela liberdade, pela verdade, pela justiça. Gente que ousou enfrentar as armas do estado ilegítimo para que cada um pudesse ter o direito de dizer a sua palavra e clamar pelo mundo que acreditava melhor. Gente que foi torturada, que foi assassinada e escondida, para que suas ideias não voassem. Mas, voaram...

E foi assim que Paulo Stuart Wrigth voltou à vida. E aqueles que o acusavam de terrorista tiveram de olhar a verdade. Não o era. Era um jovem cristão, cheio de indignação: "...Diante de tanta injustiça e miséria que vemos no mundo e da opressão generalizada aos necessitados, proclamar-se inocente é inconcebível para quem buscar servir a Cristo. Querer ser inocente é aceitar as regras da injustiça, é aceitar passivamente a opressão, é não ter feito nada pelos que sofrem. Creio que é impossível ser cristão e não ser subversivo da ordem vigente, de ser fiel a quem trata de derrubar toda a autoridade, como nos fala São Paulo", era o que dizia a sua esposa Edi, numa carta escrita em 1970.

Em Santa Catarina, há bem pouco tempo Paulo virou nome de estrada. Uma estrada pequena, perdida entre a BR 101 e a cidade de Penha, mas que, assim como ele, seria importante caminho de

ligação das gentes do lugar. Talvez por isso – por ser caminho - ainda tenha quem queira escondê-lo, tirá-lo de cena. E, assim, criou-se um projeto de lei trocando o nome da estrada, de Paulo Wrigth para Francisco Fleith, ex-prefeito do lugar. Alguns disseram: "bobagem, deixa isso pra lá. Paulo nem haveria de querer ser nome de estrada". Mas a questão não é essa! O que está em jogo é a memória. Por todos os lugares se perpetuam os nomes dos opressores, dos vendilhões, dos poderosos. Precisamos ocupar esses espaços de memória com a lembrança dos nossos.

E foi essa a conversa que tivemos Paulo e eu, naquela tarde, na Praça. "Tu tens razão, gosto de saber que alguém vai dizer: venha pela Paulo Wrigth e dobre à esquerda. Ali está o jardim", ele disse. "Venha pela Paulo Wrigth", repetiu, baixinho. "Pois, não é? Tu não tens corpo, mas és um caminho!". Ele assentiu, satisfeito. "E como vai ser?" – Preocupa não, tá assim de gente fazendo abaixo assinado, falando, exigindo que o projeto seja vetado pelo governador. Ele sorriu e se preparou para andar... Devagarinho, se foi, o cabelo desalinhado pelo vento sul. E eu fiquei, sentindo a brisa, certa de que não há morte enquanto exista alguém se lembre. "Nós te lembraremos, Paulo".

Os desaparecidos da ditadura, os meninos assassinados nas favelas, os arautos do tempo novo, essa legião de companheiros são as veredas por onde passamos nós, os que ainda sonham com um mundo melhor. Eles sempre serão caminhos e ninguém vai conseguir mudar isso...

"Creio que a fé cristã não se identifica com nenhum sistema particular. Ao mesmo tempo o homem pode ser socialista e os fatos dizem que muitos cristãos o são. Entendo que nós, como cristãos, temos a obrigação de reagir precisamente na hora que nos toca viver. No mundo de hoje se vislumbra uma coincidência entre as aspirações dos cristãos e dos socialistas quanto à vida humana, isto é, justiça e bem estar do homem". (Paulo Wrigth).

Quem sou eu

Elaine Tavares. Jornalista. Humana, demasiado humana. Filha de Abya Yala, domadora de palavras, construtora de mundos, irmã do vento, da lua, do sol, das flores. Educadora, aprendiz, maga. Esperando o dia em que o condor e a águia voarão juntos, inaugurando o esperado pachakuti.
Contato: elaia@gmx.net / tel: (48) 99078877

006 - PEREIRA, Moacir. **Apelos ao governador para rejeitar mudança da Avenida Paulo Wright**. 3 ago. 2012. Página da Web.

006

Moacir Pereira

Apelos ao governador para rejeitar mudança da Avenida Paulo Wright

03 de agosto de 2012 2

A professora Derley de Lucca continua sua campanha pelo veto do governador ao projeto de lei do deputado Gilmar Knaesel, que cassa o nome do ex-deputado Paulo Stuart Wright, hoje nome de avenida entre a BR-101 e Penha. A Assembleia aprovou a mudança para Francisco Fleith, ex-prefeito.

O advogado Rogério Queirós integrou-se à luta e vem apelando ao governador para que rejeite a proposição aprovada.
O governador recebeu também um extenso abaixo-assinado contra a mudança.

Comentários (2)

- marcelocardosodasilva diz: 5 de agosto de 2012

  ...este senhor de triste \"MEMÓRIA\"; deputado Gilmar knaesel um dos \"INIMIGOS DA EDUCAÇÃO\"; não se cansa de inventar \"ABERRAÇÃO\"!!!.....este deputado também queria mudar o Hino Catarinense???.....\"Quebrou-se algema do escravo e nesta grande NAÇÃO é cada homem um bravo, cada bravo um CIDADÃO!!!\".....\"VAI ACABAR NUMA OVERDOSE DE BOTOX!!!\"

- sergio diz: 5 de agosto de 2012

  Com tanta mudanca proposta por este pseudo deputado, falta sómente mudar seus pensamentos e postura.Só pensa em conchavo político.Triste do povo catarinense que conta com representante ridiculo assim...Vamos acordar catarinenses, deste tipo nunca mais...

007 - RAMOS, Sérgio da Costa. De novo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20 out. 2011. Recorte de jornal.

008 - AZEVEDO, Roberto. Informe Político. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10 nov. 2011. Recorte de jornal.

007 , 008

DIÁRIO CATARINENSE, TERÇA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2011

Sérgio da Costa Ramos

sergio.ramos@diario.com.br

diario.com.br
Leia o blog do Sérgio da Costa Ramos em:
www.diario.com.br/sergio

De novo

Pela lei nº 15.450, de janeiro deste ano, o governador Raimundo Colombo prestou homenagem póstuma ao deputado Paulo Stuart Wright, cassado injustamente pela Assembleia, preso, torturado e assassinado pela ditadura. Deu seu nome à rodovia entre a BR-101 e o município de Penha, onde Wright trabalhou em cooperativas de pesca.

Pois agora o deputado Gilmar Knaesel (PSDB), pelo projeto de lei 199/2011, quer revogar a homenagem e dar outro nome à estrada.

Ou seja: quer cassar Wrigth, de novo.

DIÁRIO CATARINENSE, QUINTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Informe Político

ROBERTO AZEVEDO
(48) 3216-3550
roberto.azevedo@diario.com.br



A deputada Angela Albino (PC do B), à direita, lembrou que 400 membros do partido comunista foram assassinados durante a ditadura militar. A afirmação foi feita durante a reunião, na Assembleia, que tratou da Comissão da Verdade, criada pelo governo federal para abrir os arquivos dos tempos da repressão política. Com Angela estavam o filho do ex-deputado estadual Paulo Stuart Wright – catarinense que desapareceu nos anos de chumbo –, João Paulo Wright (à esquerda), e a coordenadora do Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, Derlei Catarina de Lucca.

009 - BENASSI, Louise. **Projeto de Lei que modifica nome de Rodovia Estadual Paulo Stuart Wright revolta familiares de mortos e desaparecidos políticos.** 19 jul. 2012. Matéria para Band Santa Catarina. Disponível em: <http://bandsc.com.br/canais/politica/projeto_de_lei_que_modifica_nome_de_rodovia_estadual_revolta_familiares_de_mortos_e_desaparecidos_politicos.html>. Acesso em: 7 abr. 2017.

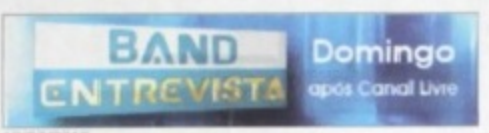
009



JAIME AMBRÓSIO
Que roubada!!!

ESPECIAIS

Os destaques de nossa programação



19/07/2012

Política

Projeto de Lei que modifica nome de Rodovia Estadual Paulo Stuart Wright revolta familiares de mortos e desaparecidos políticos



desacato.info

Por Colaboração de Louise Benassi

Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou Projeto de Lei n.º 0199.9.2011

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou nesta terça-feira, 17 o Projeto de Lei n.º 0199.9.2011, do Deputado Gilmar Knaesel, PSDB, que modifica o nome da Rodovia Estadual Paulo Stuart Wright, ex-deputado em Santa Catarina. A aprovação da Lei revoltou familiares de mortos e desaparecidos políticos, já que o nome da Rodovia homenageava Wrigth, símbolo da luta contra a repressão, desaparecido político desde 1973.

Em 2011, havia sido aprovado o Projeto de Lei n.º 15.450/2011 que homenageava Paulo Wright com o nome da Rodovia que liga a BR-101 à Avenida Nereu Ramos, em Penha, no litoral norte de santa catarina. No entanto, no mesmo ano, Knaesel entrou com um novo Projeto de Lei alterando o teor do texto e mudando o nome para Rodovia Estadual Francisco Leopoldo Fleith, ex-prefeito nomeado na época da Ditadura Militar.

O Coletivo Catarinense "Memória,Verdade e Justiça" lutou quase que um ano no sentido de rejeitar o Projeto. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo chegou a enviar carta ao Governador Raimundo Colombo manifestando-se contra a mudança.

Na carta eles manifestaram preocupação com a tentativa de anularem a homenagem feita pelo povo catarinense que deu o nome Paulo Stuart Wright a uma rodovia estadual, certos de que o Poder Legislativo não aprovaria a ofensa, na opinião deles, à memória de um herói. Porém, solicitavam que o Governador usasse de seu poder de veto para impedir caso o PL fosse aprovado.

Ricardo Mães, integrante do Colegiado Catarinense, manifestou sua revolta. "Solicitamos a ajuda de todas as pessoas. A Assembleia Legislativa de Santa Catarina é uma vergonha. Quem tem contato com algum parlamentar, governador, senador etc, nos ajude, não podemos deixar que apaguem a história catarinense e o nome dos que a fizeram ".

010 - PEREIRA, Moacir. **[Deputado quer cassar Paulo Wright outra vez]**. [22 out. 2011]. Página da Web.

10

Precisamos de apoio da imprensa para que o projeto seja retirado ou rejeitado. Se a rodovia não tivesse nome tudo bem – ninguém tinha nada a reclamar. Mas a rodovia já tem nome, foi sancionada este ano e já querem revogar.

Precisamos da ajuda da imprensa para os deputados da ALESC lembrarem quem foi Paulo Stuart Wright e a dívida que esta casa tem com o ex deputado.

Seguem alguns anexos.

Precisamos formar a memória deste país.

Precisamos respeitar os que lutaram por um mundo melhor.

Precisamos lembrar para não repetir os erros do passado."

Postado por Moacir Pereira, às 10:30

Comentários (1)

- Karyme Schneider diz: 22 de outubro de 2011

  Senhores deputados sejam coerentes e éticos mantendo o projeto já aprovado pela ALESC em relação ao nome da rodovia Paulo Stuart Writght (deputado dessa casa eleito pelo voto popular) . Escolham outra via sem nome e coloquem então o nome do prefeito Fleith (indicado pela ditadura). Mantenham seus votos ,não se enterrem novamente como fizeram com o magistério público estadual.

Deputado quer cassar Paulo Wright outra vez

20 de outubro de 2011

Da professora Derley Catarina de Lucca, sobre a coluna **"SC- Estado sem memória"**, via e-mail: "Seu texto hoje sobre o estado sem memória é verdadeiro e como professora de história e militante fez doer minha alma.

A ALESC está em vias de cassar pela segunda vez o deputado PAULO STUART WRIGHT. Você já nos ajudou quando lutamos para a Igreja Presbiteriana voltar a incluir o nome dele no rol dos fiéis. Ajude outra vez para evitar que a ALESC cometa outra barbaridade contra ele. Obrigada

Você conhece a luta da sociedade brasileira e dos familiares pela Memória dos companheiros assassinados pela ditadura militar.

O mundo inteiro trabalha a memória histórica dos povos e dos combatentes pela democracia, dos que deram a vida na luta contra as ditaduras que tomaram conta do mundo na década de 60 e 70.

Conhece também a trajetória de PAULO STUART WRIGHT - deputado da Assembléia Legislativa do Estado de SC que foi cassado pela própria Assembléia em 1964, por imposição da ditadura e medo dos deputados, na época.

Neste momento o Brasil trabalha pela aprovação da Comissão da VERDADE para apurar os crimes cometidos pelos agentes do estado brasileiro.

Pois bem - A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina pode CASSAR outra vez o Paulo Stuart Wright, se não houver reação da sociedade e a imprensa joga um papel fundamental neste processo.

Em 2010 - a ALESC aprovou o Projeto de lei 0264.1/2010 denominando RODOVIA PAULO STUART WRIGHT a rodovia que liga a BR 101 à Av Nereu Ramos, no municipio de PENHA.

Paulo Stuart Wright teve grande trabalho com os pescadores de Penha, nos anos 62, 63 e 64, organizando os pescadores em Cooperativas de Pesca.

O projeto foi aprovado em 2010 e SANCIONADO pelo governador Raimundo Colombo no dia 17 de janeiro de 2011.

O deputado Gilmar Knaesel apresentou um projeto de lei para MUDAR o nome da rodovia para Franscico Leopoldo Fleith - que foi prefeito nomeado de Piçarras. Era proprietário de um loteamento chamado Jardim Rio-Mar e o filho é atualmente vereador, em Piçarras.

011 - MANIFESTO Memória, Verdade e Justiça – Coletivo Catarinense. Florianópolis, 23 ago. 2011.

011



MANIFESTO
MEMÓRIA, VERDADE e JUSTIÇA
Coletivo Catarinense

Desde a década de 70, catarinenses procuram informações sobre seus dos mortos e desaparecidos políticos. Famílias de Timbó, Florianópolis, Criciúma, Porto União, Balneário Camboriu, Joaçaba vivem a angústia e a esperança de um dia, saber o que aconteceu e possam velar e enterrar com dignidade, seus mortos.

Esta é uma causa que interessa a toda a sociedade e não apenas aos familiares e ex-presos políticos. A ditadura militar que perdurou em nosso país de 1964 até 1985, ofendeu e prejudicou todos os que lutam por um mundo justo e acreditam na democracia como a melhor forma de governar. Este é um assunto presente em todos os países que buscam consolidar suas democracias.

Assim sendo, reuniram-se em Florianópolis, dia 18 de julho, p.p, familiares, dirigentes sindicais, parlamentares, representantes da sociedade civil e militantes pelos direitos humanos e criaram o MEMÓRIA VERDADE E JUSTIÇA - Coletivo Catarinense.

O governo precisa dar uma resposta a essas famílias, a todos os presos, banidos, torturados, exilados e sobreviventes da ditadura militar, reconhecer publicamente as arbitrariedades e os crimes cometidos, e pedir perdão aos que sofreram.

A luta pelo Estado de Direito torna-se cada vez mais necessária, pois ainda hoje vemos prisões e assassinatos praticados por agentes do estado.

Precisamos a formar a Memória Nacional sobre a resistência à ditadura militar.

A proposta de criação da Comissão da Verdade nos dá esperança!

Queremos uma Comissão da Verdade independente;

Queremos a abertura de todos os acervos documentais produzidos naquele período.

Queremos o cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso da Guerrilha do Araguaia;

Queremos saber a verdade e queremos justiça!

O BRASIL merece entrar numa era de democracia e prosperidade.

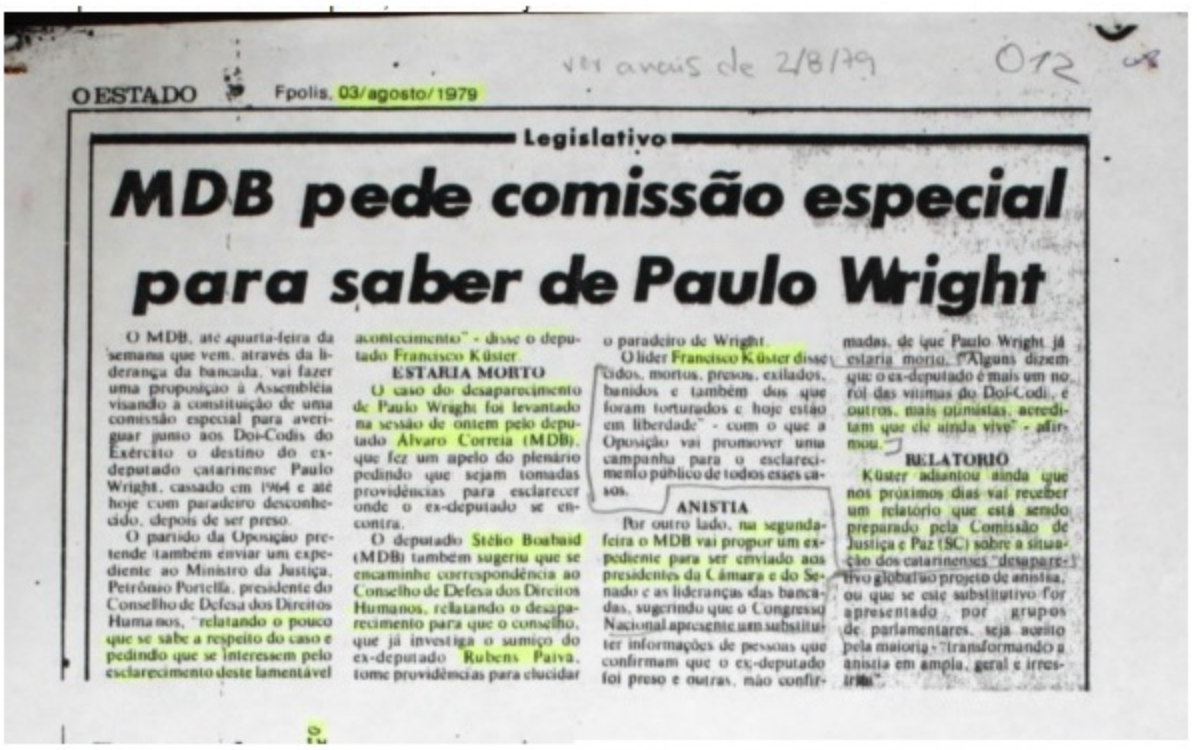
Para tanto precisa conhecer e reconciliar-se com seu passado.

Para que jamais se esqueça!

Pra que nunca mais aconteça!

Florianópolis, 23 de agosto de 2011

012 - MDB pede comissão especial para saber de Paulo Wright. **O Estado**, Florianópolis, 3 de ago. 1979. Legislativo, recorte de jornal.



O ESTADO Fpolis, 03/agosto/1979

Legislativo

MDB pede comissão especial para saber de Paulo Wright

O MDB, até quarta-feira da semana que vem, através da liderança da bancada, vai fazer uma proposição à Assembléia visando à constituição de uma comissão especial para averiguar junto aos Doi-Codis do Exército o destino do ex-deputado catarinense Paulo Wright, cassado em 1964 e até hoje com paradeiro desconhecido, depois de ser preso.

O partido da Oposição pretende também enviar um expediente ao Ministro da Justiça, Petrônio Portella, presidente do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, "relatando o pouco que se sabe a respeito do caso e pedindo que se interessem pelo esclarecimento deste lamentável acontecimento" - disse o deputado Francisco Küster.

ESTARIA MORTO

O caso do desaparecimento de Paulo Wright foi levantado na sessão de ontem pelo deputado Alvaro Correia (MDB), que fez um apelo do plenário pedindo que sejam tomadas providências para esclarecer onde o ex-deputado se encontra.

O deputado Stélio Boabaid (MDB) também sugeriu que se encaminhe correspondência ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, relatando o desaparecimento para que o conselho, que já investiga o sumiço do ex-deputado Rubens Paiva, tome providências para elucidar o paradeiro de Wright.

O líder Francisco Küster disse "dos, mortos, presos, exilados, banidos e também dos que foram torturados e hoje estão em liberdade" - com o que a Oposição vai promover uma campanha para o esclarecimento público de todos esses casos.

ANISTIA

Por outro lado, na segunda-feira o MDB vai propor um expediente para ser enviado aos presidentes da Câmara e do Senado e as lideranças das bancadas, sugerindo que o Congresso Nacional apresente um substitutivo ter informações de pessoas que confirmam que o ex-deputado foi preso e outras, não confirmadas, de que Paulo Wright já estaria morto. "Alguns dizem que o ex-deputado é mais um no rol das vítimas do Doi-Codi, e outros, mais otimistas, acreditam que ele ainda vive" - afirmou.

RELATORIO

Küster adiantou ainda que nos próximos dias vai receber um relatório que está sendo preparado pela Comissão de Justiça e Paz (SC) sobre a situação dos catarinenses "desaparecidos" globalizo projeto de anistia, ou que se este substitutivo for apresentado por grupos de parlamentares, seja aceito pela maioria - "transformando a anistia em ampla, geral e irrestrita".

DEPUTADO procura desaparecido. **Jornal Do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 ago. 1979. Do Correspondente em Florianópolis, recorte de jornal.



Jornal do Brasil

Deputado procura desaparecido

Florianópolis — O Deputado Alvaro Correa, do MDB, pediu ontem, da tribuna da Assembléia Legislativa, que sejam tomadas providências imediatas no sentido de apurar o paradeiro do ex-Deputado Paulo Wright, cassado em 1964, e que está desaparecido até hoje, podendo, segundo algumas versões, ter sido morto pelos órgãos de segurança.

O pedido foi endossado pelo Deputado Stelio Boabaid, também do MDB, que sugeriu o encaminhamento do caso ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para "tentarmos descobrir de uma vez o destino desse nosso companheiro".

MDB pede documento da cassação do deputado Paulo Wright em 1964. **O Estado**, Florianópolis, 7 ago. 1979. Recorte de jornal.



O ESTADO Fpolis, 7/agosto/1979

MDB pede documento da cassação do deputado Paulo Wright em 1964

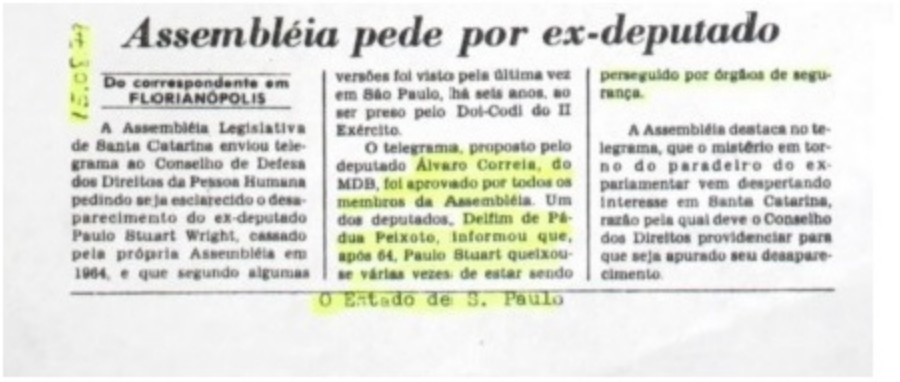
O MDB requereu ontem à mesa da Assembléia todos os documentos que compõem o processo que culminou com a cassação do ex-deputado Paulo Stuart Wright, em 1964, que está desaparecido e com suspeitas de que teria sido morto após ser preso.

O pedido partiu do líder da bancada, Francisco Küster, e foi assinado por diversos parlamentares da Oposição. Este é o primeiro passo concreto do MDB, depois de um discurso feito pelo deputado Alvaro Correia (MDB), para saber do paradeiro do ex-deputado.

COMISSÃO

Nas próximas sessões o partido da Oposição vai pedir a formação de uma comissão especial para diligenciar junto aos órgãos de segurança do Exército o destino de Paulo Wrigth, e também deverá enviar um expediente ao ministro da Justiça, Petrônio Portella, presidente do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, para que o conselho se preocupe em investigar o sumiço do ex-deputado.

ASSEMBLÉIA pede por ex-deputado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 1979. Do correspondente em Florianópolis, recorte de jornal.



Assembléia pede por ex-deputado

Do correspondente em FLORIANÓPOLIS

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina enviou telegrama ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana pedindo seja esclarecido o desaparecimento do ex-deputado Paulo Stuart Wright, cassado pela própria Assembléia em 1964, e que segundo algumas versões foi visto pela última vez em São Paulo, há seis anos, ao ser preso pelo Doi-Codi do II Exército.

O telegrama, proposto pelo deputado Álvaro Correia, do MDB, foi aprovado por todos os membros da Assembléia. Um dos deputados, Delfim de Pádua Peixoto, informou que, após 64, Paulo Stuart queixou-se várias vezes de estar sendo perseguido por órgãos de segurança.

A Assembléia destaca no telegrama, que o mistério em torno do paradeiro do ex-parlamentar vem despertando interesse em Santa Catarina, razão pela qual deve o Conselho dos Direitos providenciar para que seja apurado seu desaparecimento.

O Estado de S. Paulo

012A - INICIADO processo de Ação Popular. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 1970. Das Sucursais, recorte de jornal.

O ESTADO DE S.PAULO - 20.08.70

Iniciado processo da Ação Popular

Das Sucursais

Na 1.a Auditoria da Aeronautica, o Conselho Permanente de Justiça iniciou, ontem, no Rio, o sumario de culpa com a qualificação e interrogatorio de 65 pessoas implicadas no chamado processo da "Ação Popular", que pretendia a derrubada do governo por modos violentos. Dos indiciados compareceram 18, sendo que 17 se encontram presos, e um apresentou-se espontaneamente. Os outros 47 estão foragidos. Foram intimados por edital e não comparecendo passarão a revéis. Dos 17 presos, alguns estão recolhidos na Ilha das Flores e outros à Penitenciaria de Bangu.

Compareceram escoltados os seguintes presos: André Snolentzov, Antonio Oscar, Fabiano de Campos, Celso Simões, Fernando Dias Ferreira, Flavio Monteiro de Melo, Jean Marc Frederick Charles Von Weit, Luiz Henrique Peres, Mario Fonseca Neto, Vitor Hugo Kiegebrunn, Martha Maria Kiegebrunn, Marijane Vieira Lisboa, Hilda Drandian Siegl, Norma Teresa de Oliveira, Maria Elodes Alencar, Priscila Mellle, Solange Maria Santos, e Maria do Carmo Resende Menezes. Maria Savaget, em liberdade, apresentou-se espontaneamente.

Após longos debates, o juiz permitiu que o estudante André Snolentzov formulasse por escrito uma denuncia de maus tratos fisicos, inclusive citando os nomes dos responsaveis. A permissão se deu em virtude de afirmativa do advogado, segundo a qual estava havendo cerceamento da defesa.

EXCLUSÃO

Dos indiciados, inicialmente citados no inquerito, foram excluidos Antonio Funari Filho, Antonio Luiz, Antonio Sergio, Dinorah Leite da Silva, Domingos Cardoso, Geraldo Azevedo Amorim, Geraldo Magela, Haroldo Rodrigues Lins, José Newton, Luiz Marcos Magalhães Gomes, Marlene Raimundo das Dores, Paulo Rogerio Guimarães, Pericles de Souza, Ricardo Gonçalves Angelin e Vitoria Lucia Martins Pampiona Pereira.

Foram excluidos do processo em face de "habeas corpus" concedidos pelo Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal.

UDESC - FAED - IDCH

012B - ALBUQUERQUE, Sebastião B. de. [Paulo Wright]. **O Estado**, Florianópolis, 10 ago. 1979. Opinião do leitor, recorte de jornal.

Opinião do Leitor

Paulo Wright

Prezado Senhor,

Foi surpreendente, para mim, a notícia desse jornal de hoje (dia 7), de que o MDB pediu à mesa da Assembléia todos os documentos do processo de cassação do Deputado Paulo Stuart Wright, que está desaparecido e com suspeitas de ter sido morto após ser preso.

Eu tive um particular relacionamento à distância, se assim posso dizer, com PSW nos anos do Governo Ulhôa Ramos, até 1964, de modo que toda notícia a respeito dele me interessava sempre, fossem verídicas ou boatos.

Naquela época ouvi dizer que ele não fora cassado. Havia simplesmente abandonado a sua situação de Deputado Estadual, aparentando receio de ser cassado, e corrido para o Espírito Santo, onde se juntara ao marinheiro Cabo Anselmo, indo com ele asilar-se na Embaixada do México, seguindo para aquele país posteriormente na sua companhia.

E me diziam que os jornais da época noticiavam a respeito.

Anos depois ouvi dizer que PSW havia sido morto no México, como agente da CIA.

Se agora o MDB vai folhear o seu processo de cassação, e tem provas de que ele foi preso no Brasil, então tudo o que ouvi dizer foram mesmo boatos.

A passagem meteórica de PSW entre nós sempre me deixou a impressão de ele ser agente da CIA, realmente.

Surgira como Deputado Estadual, com uma contagem mínima de votos, pelo inexpressivo Partido de Ademar de Barros, no momento em que se aguardava a eleição de Delamar Vieira, que foi passado para trás sem saber como.

E, na Assembléia, um dia, ele comentou que havia participado de movimento sindicalista nos Estados Unidos, conforme crônica política da época. Isso ele só poderia ter feito na qualidade de americano, e não na de brasileiro. De fato, dizia-se que era filho de pais americanos, e nascido em Joaçaba, SC.

Curiosamente, um dia em que um amigo meu me pediu, na DOPS, informações sobre ele, uma dúvida foi levantada entre nós. Logo se telefonou para a Assembléia Legislativa, pedindo que informassem o número do Certificado de Reservista de PSW com que ele se tivesse apresentado lá. A resposta foi negativa: não sabiam de seu Certificado de Reservista.

E então se telefonou à 16ª C. R., pedindo o número do Certificado. Mais tarde veio a informação de que ali não havia, embora ele tivesse nascido em Joaçaba e vivido por lá, tendo sido seu Prefeito até, se não me engano.

— Quem era Paulo Stuart Wright?

Para mim era um canalha, de acordo com documento que recebi tardiamente de um oficial de nossa Marinha ligado a seu serviço secreto.

Mas, ao mesmo tempo, como agente da CIA, que devia ser, agia conforme devia para desmoralizar o movimento que, por um momento, o Dr. Ubirajara Timm pretendera no país, de arregimentar em bases cooperativas a economia pesqueira do Sul do País.

PSW parecia ave de arribação, sem paradeiro certo. Ele não estaria por muito tempo em lugar algum.

E se de fato foi para o México, da maneira como diziam ter sido, na companhia do Cabo Anselmo rotulado de comunista mas que também estaria servindo aos interesses da CIA, lá teria entrado para continuar infiltrando-se, com outros brasileiros refugiados, nas células comunistas, como parecer que fez aqui, a julgarmos pelas suas companhias entre nós.

— Quem era PSW, afinal?

E o que pretende agora o MDB com a sua preocupação por ele?

Se os fatos não o recomendam como a pessoa certa por quem se preocupar, ele nunca será lembrado em boa hora.

Cordialmente,

Sebastião B. de Albuquerque, Florianópolis.

O ESTADO - 10.08.79

UDESC - FAED - IDCH

012C - AMARAL, Ricardo. Lista do governo tem 136 desaparecidos. [19--]. Recorte de jornal.

Lista do governo tem 136 desaparecidos

Stuart Ângel Jones, ex-militante do MR-8; Paulo Stuart Wright, ex-líder dos ministros Sérgio Motta (Comunicações), José Serra (Planejamento) e Paulo Renato Souza (Educação) na AP; Rubens Paiva, ex-deputado e amigo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses três nomes, que há anos constam das listas de desaparecidos durante o regime militar, passaram ontem a integrar uma nova relação. Com outros 133 desaparecidos, eles foram incorporados à "Lista Gregori" *(veja ao lado)*, preparada pelo governo para que suas mortes sejam finalmente reconhecidas.

A declaração da morte, por meio de projeto de lei elaborado pelo chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, ainda tem que passar pelo Congresso. Se aprovado, vai permitir que as famílias dos desaparecidos obtenham certidões de óbito e recebam uma indenização que vai variar de R$ 100 mil a R$ 150 mil, dependendo da idade da pessoa na época do desaparecimento.

Amigo de Rubens Paiva, Fernando Henrique Cardoso mandou o Ministério da Justiça acelerar a preparação do projeto depois que o filho do deputado, o escritor Marcelo Rubens Paiva, escreveu um artigo cobrando providências do presidente.

Apesar da iniciativa do governo, a "Lista Gregori" exclui os nomes de 13 militantes brasileiros desaparecidos na Argentina, Chile e Bolívia, e outros três identificados apenas por apelidos — Antônio "Alfaiate", Pedro "Carretel" e "Joaquinzão". Mas uma comissão especial, nomeada pelo presidente da República, poderá incluir novos nomes na lista oficial, a pedido de familiares legais que apresentem indícios do desaparecimento por causas políticas.

A comissão terá também poderes para tentar a localização dos despojos dos desaparecidos. Também nesse caso, a investigação terá como ponto de partida a apresentação de "indícios suficientes". Na busca de despojos, a comissão terá acesso a arquivos e solicitará perícias. Mas não poderá convocar testemunhas.

As indenizações serão calculadas de maneira uniforme: um determinado número de salários mínimos será pago às famílias de acordo com a expectativa de vida dos desaparecidos, somente a pedido de parentes diretos. O processo de indenização só terá início em 1996.

A "Lista Gregori" foi baseada em seis levantamentos: lista formulada pelo ex-ministro Maurício Corrêa, em 1993; lista das associações de familiares de desaparecidos; compilação de listas da Secretaria de Direitos Humanos do Itamaraty, com denúncias de organismos internacionais; duas listas publicadas em jornais, além de testemunhos do secretário de Justiça de São Paulo, Belisário Santos Junior.

Ricardo Amaral/AE

A "LISTA GREGORI"

RECONHECIDOS
Desaparecidos que o governo reconhece como mortos

Adriano Fonseca Fernandes Filho
Aluísio Palhano Pereira Ferreira
Ana Rosa Kucinski Silva
André Grabois
Antonio Alfredo Campos
Antônio Carlos Monteiro Teixeira
Antonio de Pádua Costa
Antonio dos Três Reis Oliveira
Antonio Guilherme Ribeiro Ribas
Antonio Joaquim Machado
Antonio Teodoro de Castro
Arildo Valadão
Armando Teixeira Frutuoso
Aurea Eliza Pereira Valadão
Ayrton Adalberto Mortari
Bergson Gurjão Farias
Cilcéby Alves de Castro
Carlos Alberto Soares de Freitas
Celso Gilberto de Oliveira
Cilon da Cunha Brun
Ciro Flavio Salazar
Custódio Saraiva Neto
Daniel José de Carvalho
Daniel Ribeiro Callado
David Capistrano da Costa
Dênis Casemiro
Dermeval da Silva Pereira
Dinaelza Soares Santana
Dinalva Oliveira Teixeira
Divino Ferreira de Souza
Durvalino de Souza
Edgard Aquino Duarte
Edmur Péricles Camargo
Eduardo Collier Filho
Eleni Telles Pereira Guariba
Elmo Corrêa
Elson Costa
Enrique Ernesto Ruggia
Ezequias Bezerra da Rocha
Félix Escobar Sobrinho
Fernando Augusto S.Cruz Oliveira
Francisco Manoel Chaves
Gilberto Olímpio Maria
Guilherme Gomes Lund
Helenira Rezende de Souza Nazareth
Hélio Luiz Navarro de Magalhães
Hiram de Lima Pereira
Honestino Monteiro Guimarães
Humberto A. Câmara Neto
Idalísio Soares Aranha Filho
Ieda Santos Delgado
Iris Dias de Oliveira
Issami Nakamura Okano
Ilair José Veloso
Ivan Mota Dias
Jaime Amorim Miranda
Jaime Petit da Silva
Jana Moraes Barroso
João Alfredo
João Batista Rita
João Carlos Haas Sobrinho
João Gualberto
João Leonardo da Silva Rocha
João Massena Melo
Joaquim Pires Cerveja
José José de Carvalho
José Vasconcelos Santos
Jorge Leal Gonçalves Pereira
Jorge Oscar Adur (Padre)
José Humberto Bronca
José Lavechia
José Lima Piauhy Dourado
José Maria Ferreira Araújo
José Maurílio Patrício
José Montenegro de Lima
José Porfírio de Souza
José Roman
José Toledo de Oliveira
Kleber Lemos da Silva
Libero Giancarlo Castiglia
Lourival de Moura Paulino
Lúcia Maria de Souza
Lúcio Petit da Silva
Luís de Almeida Araújo
Luís Eurico Tejera Lisboa
Luís Inácio Maranhão Filho
Luís René Silveira e Silva
Luiz Vieira de Almeida
Luiza Augusta Garlippe
Manoel Alexandrino
Manuel José Nurchis
Márcio Beck Machado
Marco Antônio Dias Batista
Marcos José de Lima
Maria Augusta Thomaz
Maria Celia Corrêa
Maria Lúcia Petit da Silva
Mariano Joaquim da Silva
Mário Alves de Souza Vieira
Maurício Grabois
Miguel Pereira dos Santos
Nelson de Lima Piauhy Dourado
Nestor Veras
Norberto Armando Habegger
Onofre Pinto
Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior
Orlando Momente
Oswaldo Orlando da Costa
Paulo César Botelho Massa
Paulo Costa Ribeiro Bastos
Paulo de Tarso Celestino da Silva
Paulo Mendes Rodrigues
Paulo Roberto Pereira Marques
Paulo Stuart Wright
Pedro Alexandrino de Oliveira
Pedro Inácio de araújo
Ramires Maranhão do Vale
Rodolfo de Carvalho Troiano
Rosalino Souza
Rubens Beiredt Paiva
Rui Frazão Soares
Ruy Carlos Vieira Berbert
Sérgio Landulfo Furtado
Stuart Edgar Angel Jones
Suely Yumiko Kamayano
Telma Regina Cordeiro Corrêa
Thomas Antônio da S. Meireles Neto
Tobias Pereira Júnior
Uirassu de Assis Batista
Vandick Reidner Pereira Coqueiro
Virgílio Gomes da Silva
Vitorino Alves Moitinho
Walquíria Afonso Costa
Walter de Souza Ribeiro
Walter Ribeiro Novaes
Wilson Silva

EXCLUÍDOS
Militantes de esquerda não contemplados pelo projeto de lei apresentado pelo governo

Desaparecidos na Argentina
Francisco Tenório Júnior
Jorge Alberto Basso
Luiz Renato do Lago Faria
Maria Regina Marcondes Pinto
Roberto Rascado Rodrigues
Sidney Fix Marques dos Santos
Walter Kenneth Nelson Fleury

Desaparecido na Bolívia
Luiz Renato Pires de Almeida

Desaparecidos no Chile
Jane Vanini
Luiz Carlos Almeida
Nelson de Souza Kohl
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano
Vânio José de Matos

Desaparecidos sem identificação completa
Antônio "Alfaiate" (PC do B)
"Joaquinzão" (camponês morto no Araguaia)
Pedro Carretel (camponês morto no Araguaia)

UDESC - FAED - IDCH

013 - APML: 27 denunciados. **Diário da Noite**, 14 mar. 1974. Em Registro, Justiça Militar, recorte de jornal.

013

DIARIO DA NOITE — Quinta-feira, 14 de março de 1974

REGISTRO

Justiça Militar

APML: 27 denunciados

Vinte e sete elementos filiados à organização subversiva Ação Popular Marxista Leninista — APML — foram denunciados pelo procurador da Justiça Militar Oscar do Prado Queiroz, em longa peça acusatória que analisa as responsabilidades de cada um deles. Dez dos denunciados estão foragidos e cinco se encontram detidos, com prisão preventiva já decretada.

Os componentes da APML, que segue a filosofia de Mao Tsé-tung, dedicavam-se à agitação e propaganda, com ramificações nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Goiás. Vários deles eram do Comitê Central e outros do Comando Regional de São Paulo. Todos usavam vários codinomes e grande parte fazia uso de nomes e documentos falsos.

Nos termos da denúncia, em setembro de 1972 verificou-se um "racha" nas hostes da APML, com a formação de duas correntes, ambas se dedicando à conscientização das massas e pretendendo consolidar a tomada do poder através da guerra revolucionária. Entre os acusados figuram médicos, engenheiros, professores, jornalistas, estudantes e até um "profissional da subversão". Há referência à deslocação de muitos para outros Estados, por certo com a finalidade de confundir os órgãos de segurança.

São os seguintes os denunciados: Antonio Norival Soave, Beatriz do Valle Bargieri, Carlos Fernando da Rocha Medeiros, Cornélio Lima Filho, Elzira Vilela Nakazu, Haroldo Rodrigues Lima, Hernandez Santaliestra, Jair Ferreira de Sá, José Benedito Pires Trindade, José Milton Ferreira de Almeida, José Renato Rabelo, Licurgo Nakazu, Liuco Fugi, Luiz Aparecido da Silva, Marcelo Hugo de Medeiros, Maria Ceres Pimenta, Maria de Fátima Azevedo, Maria Luiza Guimarães de Almeida, Maria Madalena Prata Soares, Nelson Martinez, Osvaldo Rocha, Otto José Mattos Filgueiras, Paulo Stuart Wright, Pedro Pereira do Nascimento, Péricles Santos de Sousa, Tertuliano Ambrósio da Fonseca e Waldemir Bargieri.

UDESC - FAED - IDCH

014 - SILVA, Alessandro da. Uma afronta à nossa memória política. **Notícias do Dia**, Florianópolis, [20--]. Recorte de Jornal.

014

Uma afronta à nossa memória política



Alessandro da Silva
Membro da Associação Juízes para a Democracia

O Brasil é um país sem memória. Na famosa obra "Tristes trópicos", dos anos 30, o sociólogo francês Levi Strauss já denunciava que sob a pressão de fábulas progressistas as cidades industriais da América tropical se alimentavam vorazmente do novo, sem nenhum compromisso com o seu passado histórico.

Nos últimos anos temos testemunhado iniciativas que vão de encontro a essa característica nacional, que visam a manter viva a lembrança de fatos que ocorreram em nosso passado, de maneira que no futuro não incidamos nos mesmos erros. Nesse esforço vale citar a ação que buscou dar à Lei de Anistia interpretação que esteja de acordo com a nova realidade político-institucional inaugurada com a Constituição Federal de 1988. O objetivo era julgar os indivíduos que cometeram crimes em nome do Estado durante o período ditatorial de 1964 a 1988.

Como vimos, o Supremo Tribunal Federal não acolheu essa interpretação e manteve a já tradicional amnésia histórica.

Recentemente foi instalada a Comissão da Verdade, que tem a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica.

Em Santa Catarina, após intensa mobilização social, foi aprovada a Lei 15.450/2011, que denominou a rodovia que liga Penha a Piçarras com o nome de Paulo Stuart Wright. Trata-se de uma singela homenagem a um dos dez catarinenses mortos ou desaparecidos, vítimas da ditadura militar.

Nascido em Herval, atual Joaçaba, Paulo teve intensa participação nos movimentos populares e operários nos anos 60, tendo sido eleito deputado estadual em 62. Com o golpe de 64 ele foi cassado e passou a viver na clandestinidade até 1973, quando foi preso em São Paulo e levado ao DOI/Codi, na época comandada pelo coronel Brilhante Ustra, notório torturador. Desde então Paulo passou a figurar na lista de desaparecidos. Até hoje a família não teve notícias acerca de seu destino.

Para espanto da comunidade catarinense, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 199.9/2011, que altera a denominação da Rodovia Paulo Stuart Wright. Em verdade, se trata de mais um capítulo na trajetória de um país que insiste em negar a própria história.

O governador Raimundo Colombo, que sancionou a Lei 15.450/2011, tem até este dia 9 de agosto para decidir se sanciona ou veta o Projeto de Lei 199.9. Caberá a ele escolher entre perpetuar a nossa crônica falta de memória ou mudar esse tedioso roteiro, mantendo viva a lembrança de um daqueles que deram o que tinham de maior, a própria vida, na luta pela liberdade. A escolha certa também ficará registrada no percurso da nossa história.

> *Mudar o nome da Rodovia Paulo Stuart Wright é mais um capítulo na trajetória de um país que nega o próprio passado.*

Para manifestar sua opinião em artigos ou cartas, envie textos para opiniao@noticiasdodia.com.br ou redacao@noticiasdodia.com.br. Artigos, com 2.500 caracteres e devem ser acompanhados do nome do autor, e-mail ou telefone e foto.

RBS
PRESIDENTE Mário J. Gonzaga Petrelli
VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO Marcello Corrêa Petrelli
DIRETOR COMERCIAL Reynaldo Ramos
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO Albertino Zamorco Jr.
DIRETOR DE REDAÇÃO Luiz Meneghim
EDITORA-CHEFE Adriana Ferronatto
GERENTE COMERCIAL Lauro Cordeiro
GERENTE OPERACIONAL Simone Cristina de Souza
Notícias do Dia
O MELHOR PARA QUEM VIVE A CIDADE
Endereço: Avenida do Antão, 1857 CEP 88025-150 Florianópolis/SC
Telefones: (48) 3251-1440
ndonline.com.br

UDESC - FAED - IDCH

015 - VIANA, Natália. Polêmica: Wright deixa de ser nome de rodovia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, [20--]. Política. Recorte de jornal.

015

POLÊMICA

Wright deixa de ser nome de rodovia

AL aprova projeto que dá outra denominação a trecho que homenageava desaparecido político

NATÁLIA VIANA

O que era para ser uma homenagem se transformou em polêmica. A Assembleia Legislativa aprovou, na semana passada, o projeto que denomina Francisco Leopoldo Fleith a rodovia que liga os municípios Penha e Balneário Piçarras. O problema é que o mesmo plenário já havia aprovado, em 2011, outra proposta que denominava o trecho de Rodovia Estadual Paulo Stuart Wright.

A decisão agora está nas mãos do governador Raimundo Colombo (PSD). O autor do último projeto aprovado, deputado Gilmar Knaesel (PSDB), diz que sua intenção não foi causar controvérsia. Segundo o parlamentar, Fleith foi prefeito de Penha e uma das lideranças que mais trabalhou para que o governo fizesse a obra da rodovia.

– Nossa intenção é que o processo fosse bem embasado, com aprovação nas câmaras de vereadores dos dois municípios e apoio das prefeituras, o que acabou demorando um pouco – justifica Knaesel.

O deputado argumenta que a mudança não vai contra a figura e nem à história de Wright, que já tem o reconhecimento político do Estado.

– Todos sabemos do histórico de Wright e o que ele representou na luta pela redemocratização do país. Eu mesmo votei a favor do projeto que nomeou o plenário da Assembleia Legislativa com seu nome. Paulo Stuart Wright tem, sim, que ser homenageado em obras de vulto. Já a rodovia em questão é apenas um acesso secundário, de três quilômetros que nem asfalto tem – destaca Knaesel.

GILMAR KNAESEL
Deputado

> *Nossa intenção é que o processo fosse bem embasado, com aprovação nas câmaras de vereadores dos dois municípios e apoio das prefeituras, o que acabou demorando um pouco.*

Mas, a aprovação do projeto revoltou familiares de mortos e desaparecidos político. O grupo Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça, que trabalhou para que os deputados rejeitassem a proposta, já encaminhou um apelo a Colombo. Uma carta foi enviada pedindo o veto, argumentando que o projeto anularia uma homenagem. Para o grupo, aceitar a mudança é permitir que se apague parte da história catarinense e o nome das pessoas que participaram desta história.

Wright, um dos símbolos da luta contra a repressão, é considerado desaparecido político desde 1972. Nascido em Joaçaba, foi cassado deputado estadual em 1963 e cassado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5) quatro anos depois. Seu corpo nunca foi encontrado.

UDESC - FAED - IDCH

016 - MARTINI, Rafael. Vitória da memória. **Diário Catarinense**, Florianópolis, [20--]. Recorte de jornal.

016



VITÓRIA DA MEMÓRIA

Raimundo Colombo decidiu pelo veto ao projeto de lei que altera o nome da rodovia que liga a BR-101 à Avenida Nereu Ramos, entre os municípios de Penha e Picarras. Aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa ano passado, a proposta do deputado Gilmar Knaesel (PSDB) denomina a via de Francisco Leopoldo Fleith, em substituição à que fixava o nome de Rodovia Paulo Stuart Wright.

◆◆◆

Um abaixo-assinado com mais de cem pessoas ligadas aos direitos humanos, entre elas o ex-governador José Serra, foi enviada à Casa Civil pedindo a manutenção do nome do deputado cassado pelo próprio parlamento em 1964 por pressão do regime militar. Seria como perseguí-lo pela segunda vez, diz Derlei De Luca, ex-presa política. Paulo Stuart Wright desapareceu em 1973, nos porões da ditadura.

ALIÁS

A Assembleia até hoje não fez um ato de revisão da cassação ou pediu perdão à família pelo ato.

UDESC - FAED - IDCH

017 - RAMOS, Sérgio da Costa. Vale o apelido. **Diário Catarinense**, Florianópolis, [20--]. Recorte de jornal.



Sérgio da Costa Ramos

sergio.ramos@diario.com.br

diario.com.br
Leia o blog do Sérgio da Costa Ramos em:
www.diario.com.br/sergio

007

Vale o apelido

Em outros tempos, nossos postes e ruas já estariam "caiados" de lixo ...l eleitoral, a via pública tomada r faixas e cartazes, até mesmo as dras de Itaguaçu manchadas la propaganda predatória. Pelo menos já não se lê naqueles onumentos da rocha marítima uma imação atrevida como a que se lia ı campanhas dos Sugismundos, anos atrás:

"Não seja incauto. te no Adauto!"

Felizmente, os tribunais param duro com os ndidatos e a maioria ncordou em deixar de sporcalhar a cidade. É nínimo que se exige alguém candidato a presentá-la...

Como hábitos e stumes eleitorais o se depuraram mpletamente, alguns ndidatos ainda sujam idade, pendurando tazes, medalhões plaquetas" com suas as, caretas, números pelidos.

Em nome da simplificação, oram adotar um "nome de guerra", nculando-os à mulher, ao bairro ou ma repartição ou alguma stituição popular:

"Vote no 'Nerso' da Costeira!"

"Pra vereador, Joãozinho da Casan!"

"Pra prefeito, Casinho, marido da Ciça!

, 'Casinho eleito, Ciça 'prefeito'!" – como bochava o povo, sabendo e na casa do candidato quem ndava era a mulher...

Aliás, não chega a ser incomum esse rlesco "genitivo" saxônico que vincula andidato à sua mulher:

"Vote no Tonico da Noca!"

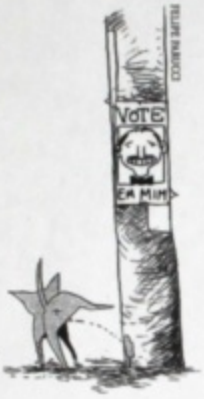
O local de trabalho e o bairro onde ram os postulantes também aparecem nas exortações pelo voto:

"Vote no Agenor da Padaria!"

Ou:

"O que é que você ainda espera? Vote no Crispim da Tapera!"

Entre São José e Florípa, o TRE registrou, nas duas últimas eleições, autêntico festival de bizarrias. Entre elas, o leitor-eleitor poderá escolher a mais pitoresca, em meio a dezenas de apelidos engraçados, estrambóticos ou simplesmente excêntricos:



Adalto Xodó, Zezo do Tesouro, Bastos da Casan, Beto Macaco, Bom-Bom de Coco, Borracha, Bujão, Chaveirinho, JK, João do Ovo, Macarrão, Marcos Caneta, Olho Roxo, Perna – "Vote no Perna, aquele que melhor governa!" – Pingo, Tonheco, Vilminho, Tigre, Zé do Xerox e Zaia (este, com a advertência: "é homem!"

Entre "elas" a escolha não é menos variada:

Zaída Furacão, Rose do Lobão, Prenda do Eleitor, Risoli de Jesus, Dona Chica, Dona Fofa, Dona Mariquinha, Florzinha, Fofinha, Tina, Zica do Osmar, além de Rô e Clô, que não esclarecem – como Zaia (homem) – se são homens ou mulheres, ou qualquer outra das múltiplas espécie da humano-diversidade.

Nome ou apelido, está claro que um "apodo" ou "alcunha" ajudam a eleger aqueles que procuram se diferenciar da monótona lista de milhares de candidatos a um empreguinho "mole", bem remunerado, como o de um vereador: duas sessões noturnas por semana, a 15 salários de 13 "paus" por mês, justificam tanto apetite e a fila de tantos interessados.

Ilha–Continente

O relançamento e a capacitação do Ipuf – nunca é demais lembrar que o desprestigiado instituto tem por missão o planejamento urbano de Florianópolis – deveria ser a primeira preocupação da futura administração municipal. É louvável o empenho do governo do Estado em estudar um elenco de alternativas para melhorar a mobilidade na Ilha, combinando modais marítimos, pontes ou túneis. Qual o melhor projeto? Talvez alguns desses "hifens" urbanos, interligados.

A resposta certa não poderia prescindir de um Ipuf forte, um Plano Diretor coerente e uma detalhada aferição das áreas de demanda de tráfego entre a Ilha e o Continente, com a natural incorporação da Ponte Hercílio Luz ao sistema.

O projeto executivo ideal deverá ser encontrado num tempo razoável, por técnicos em urbanismo, sem o habitual e eterno assembleísmo.

Redação do Enem

O MEC tomou uma grande decisão: lançou um guia de 48 páginas para orientar a prova de redação do Enem. Esclarece o que é um texto "dissertativo-argumentativo", detalha critérios de correção e apresenta exemplos de provas que conseguiram a pontuação máxima. E, principalmente, define que a "língua" a ser adotada é o "português" na sua forma culta. A língua escrita com correção gramatical, construída através de frases constituídas de sujeito, verbo e complementos.

Ainda bem que o guia não seguiu aquela corrente que considerava o português trôpego e desqualificado uma forma igualmente correta – "um direito dos que não tiveram a oportunidade de aprender a forma culta". Era a turma que dava nota 10 para a cultura do erro. Batiam palmas para frases do tipo "Os menino pega os peixe".

Respeito à memória

Está nas mãos do governador Raimundo Colombo projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa – possivelmente numa daquelas sessões em que suas excelências aprovam o que não leram – revogando o nome dado ao ex-deputado Paulo Stuart Wright à rodovia estadual que liga Penha a Piçarras.

Trata-se de um desrespeito à memória do parlamentar que foi perseguido, cassado e "desaparecido" pela ditadura.

Um abaixo-assinado corre as redes sociais para apelar ao governador que não sancione o desrespeito. Abstraída qualquer inspiração ideológica, homenagens como a designação do patronímico de uma rua jamais devem ser revogadas ao sabor de *vendettas* ou antipatias.

020 - WRIGHT, Paulo Stuart. **Mensagem aos cristãos de Santa Catarina**. [?]
Candidato à deputado estadual.

020.

MENSAGEM AOS CRISTAOS DE SANTA CATARINA

Caros Irmãos:

Ao iniciar uma campanha, apresentando-me ao eleitorado catarinense como candidato à Deputado Estadual, sinto-me no dever de dirigir aos meus irmãos, crentes em Jesus Cristo, de todas as denominações e tradições, com a finalidade expressa de definir as motivações de minha candidatura e de testemunhar a respeito do significado de minha participação, como cristão, da política catarinense.

Como membros da Igreja de Jesús Cristo recebemos a vocação irrefusável de testemunharmos perante o mundo do Reino de Deus proclamando aos oprimidos, aos humildes, aos injustiçados a justiça de Deus que deseja que todos os homens vivam em união com Ele e uns com os outros.

Em tôda a Bíblia encontramos o testemunho claro do amor de Deus e de sua identificação com os oprimidos. Moisés foi servo de Deus usado para libertar os judeus cativos da exploração dos egípcios. Os profetas apresentaram aos seus contemporâneos a condenação divina e de tôda a forma de exploração do homem pelo homem. Jesus esteve desde o seu nascimento na humilde mangedoura, completàmente identificado com os pobres e desherdados, apresentando em muitas ocasiões o seu julgamento sôbre a riqueza, e sôbre a injustiça. Dar um testemunho cristão na vida política significa estar sempre ao lado dos oprimidos em favor de uma ordem social mais justa.

No momento em que o povo brasileiro atravessa uma das fases mais decisivas de nossa história vivendo num instante em que as estruturas econômicas, sociais e políticas de nosso país tornaram-se obsoletas e insuportàvelmente injustas para com a maioria do povo, é preciso fazer ouvido claramente o testemunho dos cristãos em defesa da humanidade do homem brasileiro.

Ordenado por Jesus Cristo, apresento-me aos irmãos, não para iniciar um trabalho mas para dar continuação a uma obra à qual tenho dedicado mais de seis anos de minha vida, a partir de 1956 na cidade de São Paulo, onde juntamente com Edimar, minha espôsa, fui comissionado pela Igreja Presbiteriana da Lapa, para trabalhar uma extensa área industrial daquela cidade numa tipe missionária trabalhando como ajudante de torneiro mecânico numa grande indústria no Bairro do Anastácio. Transferindo novamente minha residência para Joaçaba, nêste Estado, colaborei, nos anos de 1957 e 1958, no campo missionário que estava sendo dirigido por meu irmão Rev. Latham E. Wright, participando com êle da responsabilidade de direção. Como membro da Igreja em Joaçaba fui eleito e ordenado presbítero da Igreja e sou atualmente membro da 1ª. Igreja Presbiteriana de Florianópolis. No esfôrço de testemunhar de Jesus Cristo na política catarinense participei em Joaçaba e Herval d'Oeste da organização de diversos sindicatos de trabalhadores tendo sido sócio fundador, pela minha profissão de torneiro mecânico, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Siderúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Joaçaba. Naquela mesma cidade tive oportunidade de disputar em 1958 uma eleição para a Câmara Municipal e em 1960, à Prefeitura Municipal tendo recebido cêrca de 4.300 votos sendo derrotado por uma diferença de apenas cinco

Exerci, a convite do Senhor Governador, a Direção da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina tendo solicitado exoneração em carta publicada nos jornais de Florianópolis e Joaçaba. Desde a época de meu afastamento voluntário da Imprensa Oficial tenho dedicado meu tempo exclusivamente aos pescadores catarinenses, tendo participado da organização de 27 cooperativas e tendo sido eleito Presidente da FECOPESCA Federação que atualmente congrega mais de 2.200 pescadores associados das 27 Cooperativas que organizamos. O plano de financiamento da FECOPESCA que ajudei elaborar foi oficializado pelo Govêrno do Estado, tendo sido aprovado pelo Ministro da Agricultura, pelo Gabinete e pelo Congresso, razão pela qual esperamos dentro em breve sua concretização. O plano prevê a construção de uma rêde de frigoríficos nas praias e a venda direta do pescado ao consumidor, garantindo ao pescador um preço justo e constante pelo fruto do seu trabalho e ao consumidor o pescado como alimento de preço acessível e também constante.

Tenho colaborado há cêrca de quatro anos com a Confederação Evangélica do Brasil nos estudos do Setor de Responsabilidade Social da Igreja tendo sido um dos dirigentes de grupo na Terçeira e Quarta Conferências. Fui também Secretário Regional em São Paulo da União Cristã de Estudantes do Brasil, organização que se dedica à tarefa de orientar estudantes acêrca de sua responsabilidade de testemunho cristão dentro das escolas e universidades.

Caros irmãos, a finalidade desta carta não é simplesmente pedir o apôio dos irmãos em Santa Catarina à minha candidatura, mas acima de tudo convocar todos os cristãos em nosso Estado a uma luta sem tréguas contra a injustiça social, contra a miséria, contra o analfabetismo, contra a doença que ceifa tantas vidas, afim de que possamos ter uma ordem social mais justa, onde o agricultor não permaneça abandonado no seu esfôrço de alimentar o povo, onde o trabalhador possa levantar bem alto a sua cabeça e usufruir da riqueza que êle produz numa sociedade mais humana e onde os homens possam sentir mais claramente o amor de Deus e viver em comunhão uns com os outros. A finalidade desta carta é realmente convidar todos os cristãos a se unirem no testemunho de Jesus Cristo em favor da humanidade. Pessoalmente convido-os a participarem responsavelmente da vida política de nosso Estado através de um mandato que desde já está ao dispôr de tôda causa que represente testemunho e serviço Aquele que Deus exaltou soberanamente, e deu um nome que é sôbre todo o nome; para que ao nome de Jesus se dobre todo o joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra, e tôda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai.

Saudações fraternas.

PAULO STUART WRIGHT

CANDIDATO À DEPUTADO ESTADUAL

cassação da história do Brasil, conforme ela mesma descreve em carta a Raimundo Colombo, governador do estado eleito pelo DEM:

Senhor governador,

Em 17 de janeiro de 2011, Sua Excelência sancionou a lei n. 15.450 que denomina a rodovia que liga Penha a Piçarras de PAULO STUART WRIGHT. (cópia anexa)

Para espanto da sociedade catarinense e desrespeito à legislatura anterior, nesta nova legislatura, foi apresentado um PL substituindo o nome de PAULO. (biografia anexa)

Para nossa indignação e vergonha, os senhores deputados aprovaram a retirada do nome de Paulo Stuart Wright, da rodovia. Não é simplesmente uma mudança de nome. É toda a carga simbólica, que tal substituição encerra.

Paulo Stuart Wright foi cassado por seus pares, num ato que envergonha SC até hoje. A ALESC NUNCA FEZ UM ATO DE REVISÃO DE TAL ATITUDE, como fizeram outras casas legislativas, comprometidas com a história.

Estamos num momento em que o país discute e revê os crimes da ditadura que oprimiu nosso país. A Presidente Dilma cumpre, com esforço, a sentença da Corte Interamericana de Justiça, que condenou o Brasil pelos crimes da ditadura.

No entanto, a ASSEMBLÉIA LEGISLATICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, cassa pela segunda vez, PAULO STUART WRIGHT,

Senhor governador,

Solicitamos e temos esperança que Sua Excelência VETE tal projeto, recuperando assim a dignidade do nosso estado.

Raul Longo

021 - Fichário da DPS confirma: Stuart Wright – morto, Elson Costa – morto, Virgílio Gomes – morto. **Correio de Notícia**. Folha solta.

Correio de Notícia
A serviço do Paraná

Um mergulho nos porões da ditadura

Fichário da DOPS confirma:

Stuart Wright - morto
Elson Costa - morto
Virgílio Gomes - morto

★ Pesquisa nos arquivos da Ordem Política e Social, em Curitiba, já possibilitou a retirada de três nomes da lista de "desaparecidos" durante o regime militar: o ex-deputado Paulo Stuart Wright, Elson Costa e Virgílio Gomes da Silva foram mortos durante a repressão. E podem estar no cemitério de Perus (SP).

Polícia Militar também abre seus arquivos

★ Depois de 6 dias de trabalho em Curitiba, Suzana Lisboa, da comissão que investiga as ossadas de Perus, diz que o material é farto

022

Esclarecimento Prestado à Comunidade Evangélica Brasileira pela Mesa do Conselho Geral da Igreja Metodista

Para conhecimento de nossa Igreja, de todas as organizações eclesiásticas e do povo em geral, a Mesa do Conselho informa o seguinte:

I. O CEI — Centro Ecumênico de Informação, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em seu periódico, edição n.º 86, Janeiro de 1974, página 6, publicou a notícia que se segue: **"Conselho Geral da Igreja Metodista pede informações ao ministro da Justiça sobre ex-deputado desaparecido.** — Em sua recente reunião em São Paulo, o Conselho Geral da Igreja Metodista, órgão máximo administrativo no interregno dos concílios gerais daquela igreja, acatou por unanimidade a resolução encaminhada pela 2.ª região eclesiástica (Rio Grande do Sul), na qual se pedia informações ao Ministro da Justiça sobre ex-deputado estadual (Santa Catarina), Paulo Stuart Wright".

II. O que aconteceu, entretanto, na reunião do Conselho Geral de nossa Igreja de 26 a 30 de novembro de 1973, em sua sessão do dia 28 de novembro, conforme consta da ata, folha n.º 2 é o que se transcreve a seguir: "CONSELHO REGIONAL DA 2.ª R.E.: É recebido documento do referido Conselho, solicitando que se peça informação ao Ministro da Justiça do paradeiro do ex-deputado PAULO WRIGHT. É lido, dicutido e aprovado — documento n.º 23. RECONSIDERAÇÃO: Messias Amaral dos Santos propõe e Achilles Almeida Barreto apóia que se reconsidere a votação da matéria que trata do paradeiro de Paulo Wright. Posta em votação é aprovada a reconsideração. Sady Machado da Silva retira o referido documento de n.º 23 desde que uma comissão deste Conselho se aviste com o Ministro da Justiça. PROPOSTA: Lawrence Anthony Brown propõe que o Presidente organize entre os bispos e leigos uma comissão para uma audiência com o Ministro da Justiça. É aprovado".

São Paulo, 20 de fevereiro de 1974

A MESA DO CONSELHO GERAL:

Diogo Alcoba Ruiz, Presidente
Francisco Antônio Correia, Vice-Pres.
Firmino Lopes dos Santos, Sec. de Atas
Silas Pereira Barbosa, Sec. Correspondente.

UDESC - FAED - IDCH

Emoção marca homenagem especial da AL

024



Em clima de intensa emoção, a Assembléia Legislativa realizou ontem, às 18 horas, uma sessão especial em homenagem a todos os mortos e perseguidos pelo Regime Militar de 1964. A sessão contou com a presença de mais de uma dezena de familiares das pessoas atingidas pelo golpe e foi aberta pelo presidente da Casa, deputado estadual Gilson dos Santos (PDS).

Em seguida, falou o deputado Vilson Santin (PT), autor do requerimento para a realização da sessão especial e presidente da CPE criada na Assembléia para tentar localizar os arquivos do antigo DOPS.

Em nome dos familiares falou o pastor presbiteriano Jaime Wright, irmão do ex-deputado Paulo Wright, cassado em 64 e preso em 1973, estando até hoje desaparecido. "Eu me envergonho quando falam em nos indenizar pelos desaparecimentos de nossos irmãos e filhos. O que queremos é tão-somente um atestado de óbito para que as viúvas sejam consideradas como tais e os filhos saibam onde estavam seus pais".

A catarinense Derley Catarina de Luca, de Criciúma, usou da palavra em nome dos que conseguiram sobreviver às perseguições e torturas. O deputado federal Dilmário Miranda (PT-MG), presidente da CPE dos desaparecidos no Congresso Nacional, também ocupou a tribuna da Assembléia.

Um poema de Emanuel Bezerra dos Santos, intitulado "Futuras Gerações", foi lido por Gertrud Mayr, mãe de Frederico Eduardo Mayr, um dos catarinenses desaparecidos. Seu corpo foi encontrado no ano passado numa cova comum no cemitério de Perus, em São Paulo, junto a corpos de indigentes. A sessão foi encerrada com um jogral escrito na década de 70, intitulado "Poemas do Povo da Noite", de autoria de Pedro Tierra.

Sessão especial lembrou vítimas do autoritarismo

Familiares de presos políticos desaparecidos participaram de homenagem realizada pela Assembléia Legislativa à memória das vítimas do arbítrio. De 1964 a 1979, 144 pessoas foram mortas e 125 desapareceram, entre as quais oito cidadãos de Santa Catarina. Pág. 3

Hermínio Nunes



Deputado federal Nilmário Miranda e o reverendo Jaime Wright

UDESC - FAED - IDCH

025 - LEITÃO, Sérgio Sá. **Balada triste**. [s.l., s. data.]. Dica do dia, recorte de jornal.

DICA DO DIA

Balada triste

025



A violência em PSW-Uma crônica subversiva, filme com interpretação premiada de Antônio Fagundes

UDESC - FAED - IDCH

Sérgio Sá Leitão

NO dia 4 de setembro de 1973, três anos após o tricampeonato mundial de futebol e cinco depois do AI-5, três homens se encontraram na gare da Estação Ferroviária Júlio Prestes, em São Paulo. Membros da Ação Popular, organização de esquerda que participou da luta armada contra a ditadura militar, eles entraram em um trem e falaram de suas esperanças no futuro da humanidade. Para um deles, porém, aquela viagem foi a última: o ex-deputado Paulo Stuart Wright, filho de pais americanos e protestantes, desapareceu pelas mãos da repressão.

A sua história, entretanto, não sumiu na poeira do tempo: no filme **PSW-Uma crônica subversiva**, que estréia hoje, em quatro sessões, na Sala 2 do Cineclube Estação Botafogo, os cineastas Paulo Halm e Luiz Arnaldo Dias Campos retomam sua trajetória — narrada pelo irmão, pastor James Wright (Antônio Abujamra) — explorando um filão quase esquecido pelo cinema nacional, o do passado recente — e dramático — do país. Não há, entretanto, sombra de revanchismo estético: com excelente produção, uma atuação brilhante do protagonista (Antônio Fagundes, que faturou o prêmio de melhor ator do Rio Cine 88) e uma direção segura e criativa, o média-metragem (56 minutos) tem clima **noir** e pode ser digerido por todo tipo de público. "Nós mostramos que é possível fazer um filme bom e sincero com poucos recursos", diz Paulo Halm. De fato, sua pretensão tem razão de ser: depois de esparsas tentativas, eles tiveram a competência e a ousadia de inaugurar o **thriller** político no cinema brasileiro. E o reconhecimento veio depressa: **PSW** ganhou vários prêmios, entre eles os de melhor média no Festival da Bahia 88 e melhor roteiro de 16mm em Gramado 88 e Rio Cine 88.

"**PSW**, para mim, é uma balada triste, a história de um amigo que poderia estar tomando um cafezinho com a gente", define Luiz Arnaldo Campos. "Muita gente diz que já se falou muito sobre o tempo da ditadura, mas não penso assim. Este filme foi feito para emocionar e incomodar." Efetivamente, contundência é o que não falta em **PSW**: o brilhantismo na condução da trama, com **flash-backs** dinâmicos que terminam contando a vida de Paulo, não esconde que nada do que aparece na tela é obra da imaginação humana. Às vezes, o realismo é tal que, por antítese, há uma nítida sensação de que se trata apenas de filme, de representação ilusória.

O contexto da trama é familiar demais, mas os que desconhecem a história do Brasil podem curtir amplamente essas requintadas imagens-movimento, registradas ora em cores ora em preto e branco. O personagem principal, obviamente tratado com simpatia pelos diretores, contribui para a atração irresistível que o filme produz sobre o espectador: otimista incurável, Paulo pauta sua existência pela dedicação ao próximo, resultado direto de sua opção preferencial pelos pobres — que o leva, após um mestrado nos EUA, à militância política. Ele não é um herói, mas um ser humano solidário, com problemas afetivos e inseguranças. Não há estereotipações, maniqueísmos ou clichês modernosos — trata-se apenas de uma trama bem contada, como poucas na produção recente do nosso cinema. "Rejeitamos a obsessão tecnicista e hedonista que predomina hoje em dia", afirma Halm. A história do país, como se vê, é rica em inspirações, e dá cinema da melhor qualidade. Ainda bem.

O filme fica em cartaz de hoje a 29 de janeiro na Sala 2 do Cineclube Estação Botafogo.

027 - ASSEMBLÉIA repara injustiça. **O Estado**, Florianópolis, [199-].
Informação geral, recorte de jornal.

027

O ESTADO

INFORMAÇÃO GERAL

Assembléia repara uma injustiça

Mesmo que nenhum dos atuais deputados estivesse na Assembléia há duas décadas, a exceção de Aldo Andrade, o poder Legislativo assumiu o "mea culpa" e anulou a cassação que impusera ao mandato legitimamente conquistado por Paulo Stuart Wright, uma das vítimas de primeira hora do movimento revolucionário de 64.

Paulo Wright era um obscuro torneiro mecânico da Lambreta em 1960, quando foi chamado a Joaçaba para disputar a Prefeitura pela Aliança Social Trabalhista, a AST da época, que reunia PSD e PTB. Poucos eram os que acreditavam no êxito da sua campanha, não apenas por tratar-se de um nome pouco conhecido, mas também— e principalmente — pela forte pressão do clero contra a sua candidatura. A seu modo e contando com a retaguarda de forças pessedistas locais, ele foi fazendo as suas pregações altamente avançadas para o período e quando os votos começaram a ser contados muitos não conseguiram esconder a surpresa: Paulo Wright perdeu por apenas oito votos. E perdeu na última urna.

Celso Ramos fez-se Governador e trouxe o filho de imigrantes americanos nascido em Herval d'Oeste para Florianópolis, incumbindo-o de dirigir a Imprensa Oficial. Em 1962, já um nome bastante citado, ele elege-se deputado pela legenda do Partido Social Progressista, o PSP de Ademar de Barros.

Veio a revolução e seus líderes pressionam pedindo a sua cabeça. Os tempos não recomendavam reações e a Assembléia curvou-se ao mando da prepotência, para evitar outras incursões mais abrangentes.

Cassado em maio de 1964, Paulo Wright deixa Santa Catarina para não mais poder voltar. Meses depois seu nome figura na lista dos desaparecidos.

* * *

A repressão deu fim à sua vida.

UDESC - FAED - IDCH

028 - AL pode resgatar dívida com Paulo Wright, 30 anos depois. **O Estado**, Florianópolis, 10 maio 1984. Recorte de Jornal.

028

O ESTADO - Fpolis, 10/05/84

AL pode resgatar dívida com Paulo Wrigth, 30 anos depois

Com o objetivo de resgatar a memória do ex-deputado Paulo Stuart Wrigth, cassado pela Assembléia Legislativa no dia 9 de maio de 1964, o líder da bancada do PMDB, Deputado Francisco Küster, apresentou ontem projeto-de-lei que confere o nome do "Auditório Paulo Stuart Wrigth" à sala de reuniões do Poder Legislativo, denominada usualmente como "plenarinho". Ao justificar o projeto, Küster disse que "esta é a forma que elegemos mais eficaz para rendermos nossa homenagem e deferência ao inesquecível parlamentar, uma vez que quando aqui esteve, nem sua vida, nem tampouco seu mandato foram respeitados".

Naqueles dias de maio de 1964 — assinalou Francisco Küster — o Legislativo Catarinense aviltou-se a si próprio, transformando-se em Tribunal que acusou e condenou um de seus deputados cujo crime foi preocupar-se com as questões sociais, sobretudo defender as classes mais oprimidas. A acusação conferida a Paulo Wrigth, prosseguiu o líder peemedebista, foi absurda e descabida a tal ponto que a Assembléia o cassou alegando falta de decoro parlamentar, usando testemunhas que hoje afirmam que ele nunca proivocou qualquer atitude que justificasse a imputação "Evidenciava-se naquele momento, o patrulhamento ideológico, pois as acusações eram juridicamente insustentáveis, moralmente condenáveis e humanamente insuportáveis", enfatizou Küster".

Acentuando que como "não podemos devolver-lhe a vida (Paulo Wrigth desapareceu após o episódio, vítima da repressão militar), temos o dever de restituir sua memória nesta Assembléia", o líder do PMDB afirmou que "é chegada a hora, após transcorridos 20 anos, de o Poder Legislativo agir para redimir-se de sua culpa, de libertar-se do ônus que lhe recai com essa execrável cassação".

— Resta-nos esta única saída — disse Küster dirigindo-se aos parlamentares — para alguns talvez insípida, de retratarmos e reabilitarmos a memória daquele que foi um autêntico representante popular".

Vários deputados cumprimentaram o líder do PMDB, solidarizando-se com a homenagem. Agora o projeto será examinado pelas Comissões Técnicas da Assembléia e posteriormente virá a plenário para deliberação.

UDESC - FAED - IDCH

029 - ASSEMBLÉIA pode anular cassação de Paulo Wright.[?].
Recorte de jornal.

029

Assembléia pode anular cassação de Paulo Wright

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado aprovou por unanimidade, ontem à tarde, o pedido de anulação do ato que cassou o Deputado Paulo Wright em 11 de maio de 1964, desaparecido até hoje. O Deputado Estadual Cid Pedroso (PMDB), membro da Comissão e relator da matéria, considerou a cassação como o erro mais grave que "o Poder Legislativo cometeu em toda a sua existência".

Paulo Wright é natural do município de Herval do Oeste, interior de Santa Catarina e foi eleito Deputado Estadual pelo extinto PSP em 1962. Segundo o ato de cassação, executado pela Assembléia em 1964, tendo à frente da presidência o Deputado Ivo Silveira, Governador do Estado, anos depois, Wright foi acusado de ferir a Lei de Segurança Nacional, a Constituição Federal e a ordem democrática, segundo próprio parecer da Comissão à época.

Paulo Wright, que é irmão do pastor presbiteriano James Wright, em São Paulo, uma das pessoas que colaborou na pesquisa que culminou na obra de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, "Brasil nunca Mais", após sofrer a cassação continua desaparecido até hoje. O pedido de anulação do ato de cassação partiu do Deputado Matinho Ghizzo do PMDB, que já havia sido formulado em 1981, não merecendo a atenção do Legislativo e vindo à tona novamente no ano passado.

Ontem a Comissão de Constituição e Justiça decidiu pedir a anulação do ato, contido em Projeto-de-Lei, que também deve ser apreciado e votado hoje em plenário. Segundo o relator do Projeto na Comissão, Deputado Cid Pedro, a decisão reflete a reparação do ato injusto, arbitrário e nulo, conduzido pelo Legislativo em 1964.

031 - BERGMANN, Dulce. Onde está Wright sequestrado após a cassação em 64? **FM**, [S.l.], 6 ago. 1979. Recorte de Jornal.



Paulo Wright, entre o marechal Lott e Celso Ramos, durante campanha em Joaçaba

Onde está Wright seqüestrado após a cassação em 64?

Por Dulce Bergmann

9 de maio de 1964. Em sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, às 19h, foi determinada a cassação do deputado do Partido Social Progressista Paulo Stuart Wright. Motivo: "falta de decoro parlamentar". Quinze anos depois, o assunto vem novamente à tona. Isto porque Paulo Stuart Wright é um dos 47 presos políticos e cassados que desapareceram após sofrer punição da Revolução de março de 64. Sua família — a mulher Edilmar e os filhos Leila, 18 anos, e João Paulo, 16 anos, atualmente vivendo no Paraná — deverá ser uma das tantas a quem o Governo dará um documento oficial que reconhece sua condição de desaparecido. No documento, uma espécie de certificado de "paradeiro ignorado", o Governo, além de reconhecer o desaparecimento do ex-deputado, preso em operação tipo seqüestro, afirmará que, embora tivesse diligenciado junto a autoridades policiais e penitenciárias, não conseguiu localizá-lo.

Onde está Paulo Stuart Wright, o deputado preso em operação tipo seqüestro após sua cassação? Esta a pergunta até agora sem resposta — feita por centenas de pessoas que conheceram e aprenderam a admirar o político catarinense por seu humanitarismo e senso de justiça social. Um comentário bastante difundido é o de que, após a cassação, Paulo teria ido para a Suíça e depois para o México, onde teria sido assassinado. Mas o ex-deputado Paulo Stuart Brasil tem uma versão diferente.

Segundo Brasil, nos anos de 1965 e 1966 Paulo Stuart Wright estava em São Paulo: "Eu o vi uma porção de vezes quando esperava o ônibus para ir ao Centro, na Vila Mariana, onde eu morava naquela época. Era ele, sem tirar nem pôr, com as mesmas roupas, o mesmo jeito. Por isso acho que hoje ele está vivo, forte e moço".

PARADEIRO IGNORADO

O certo é que ninguém sabe o que realmente aconteceu ao ex-deputado catarinense. E por isso sua família, que atualmente mora no Paraná, onde Edilmar é professora pública, deverá receber do Governo o certificado de "paradeiro ignorado", que será fornecido a todos os familiares de pessoas nas mesmas condições. A idéia do fornecimento deste documento surgiu na última reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão do Ministério da Justiça.

Além de reconhecer o desaparecimento, o certificado conterá uma declaração do Governo de que, apesar das diligências feitas junto a autoridades policiais e carcerária, não conseguiu localizar o desaparecido. Com o documento, o Governo alega querer resolver formalmente o problema das famílias dos desaparecidos, que legalmente não estão mortos nem são considerados incapazes.

PROMETER O ÓBVIO

Este argumento, porém, está sendo contestado pelo ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e atual integrante da Comissão Nacional de Justiça e Paz, Dalmo Dallari. Segundo ele, é lamentável a decisão do Governo de fornecer atestados de "paradeiro ignorado" aos familiares dos presos políticos e cassados desaparecidos. E explica porque: "Do ponto de vista jurídico, o certificado prometido pelo Governo não altera a situação pois o conhecimento público do desaparecimento não é suficiente para que os familiares dos desaparecidos obtenham o reconhecimento judicial de sua ausência".

Na opinião de Dalmo Dallari, "é constrangedor que numa situação de tanta gravidade como a dos presos políticos desaparecidos o Governo se limite a prometer o óbvio: fornecer um certificado dizendo que o desaparecido desapareceu". Isto porque, segundo ele, esses desaparecimentos já são públicos e notórios, pois foram muitas vezes noticiados pela imprensa no País e no exterior. "O que o Governo deve fazer é abrir inquéritos rigorosos para saber o destino dos desaparecidos e elaborar um projeto que regularize a situação familiar e patrimonial dos dependentes desses desaparecidos" — concluí.

NOVAS TENTATIVAS

Enquanto o Governo não toma a si o encargo de realizar estes inquéritos, já se tornou moda constituir comissões especiais cujos resultados, na maioria das vezes, são ignorados pelos poderes competentes, a quem parece não interessar a punição dos culpados. Mas a bancada do MDB na Assembléia Legislativa catarinense vai tentar outra vez: na sessão de quinta-feira última, o deputado Álvaro Correa levantou novamente o caso do desaparecimento de Paulo Stuart Wright, pedindo que sejam tomadas providências para esclarecer onde o ex-deputado se encontra.

O líder da bancada emedebista, Francisco Küster, chegou mesmo a dizer que tem informações de pessoas que confirmam que o ex-deputado foi preso. E outras, não confirmadas, de que Paulo Wright já estaria morto. A intenção da bancada é propor à Assembléia a constituição de uma comissão especial para averiguar junto aos DOI-CODIs do Exército o destino de Wright.

O partido da Oposição deverá enviar também um expediente ao Ministro da Justiça, Petrônio Portella, presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, relatando o pouco que se sabe a respeito do caso e pedindo que se interesse pelo esclarecimento dos fatos. Ironia do destino: 15 anos depois de cassar Paulo Stuart Wright, o Poder Legislativo catarinense passa a preocupar-se com seu desaparecimento.

UDESC - FAED - IDCH

032



Paulo Stuart Wright

Nasceu em 1933, em Herval, município de Joaçava. Era Sociólogo e presbítero.
Foi Diretor da Imprensa Oficial - IOESC
Foi Deputado estadual em Santa Catarina até 1964
Militou na AÇÃO POPULAR.
Preso em SP, é Desaparecido desde 1973, seu corpo nunca foi entregue a família.

A ditadura militar fez muitas vítimas. Prendeu, cassou, demitiu, matou e inventou um conceito novo: O desaparecido.
Pessoas que foram presas e desapareceram, sem que a família pudesse visitar o túmulo e levar uma flor.

Paulo era filho de pastor presbiteriano norte-americano, missionários que vieram para o Brasil e se estabeleceram no Vale do Rio do Peixe. Teve a educação igual a milhares de crianças nas pequenas vilas catarinenses, escola, estudo, igreja.

Foi candidato a prefeito de Joaçaba pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, perdendo a eleição por 08 votos. Tinha na ocasião apenas 27 anos.Em seguida veio para Florianópolis e foi Diretor da Imprensa Oficial.

Ligado aos movimentos populares e operários e aos pescadores do litoral catarinense, onde organizou as cooperativas de pesca, que hoje formam uma federação.

Em 1964 com o golpe militar, teve seu mandato cassado, pela própria Assembléia Legislativa, pelos seus pares, amedrontados por pressão do CENIMAR.

Viveu na clandestinidade durante 10 anos, e começou a militar na AÇÃO POPULAR, movimento revolucionário que combatia a ditadura.

Nos primeiros dias de setembro de 1973, depois de encontrar um companheiro no trem de Mauá, foi preso, levado para o DOI CODI de São Paulo e nunca mais foi visto.

Os familiares catarinenses procuram até hoje informações sobre os fatos acontecidos naqueles tenebrosos dias.

Batizar uma rodovia com seu é uma forma de manter viva sua memória. Retirar o nome da rodovia é uma infâmia; significa uma segunda cassação.

Não é tão somente retirar seu nome da rodovia. É a simbologia de cassá-lo pela segunda vez.

Nasceu em 1933, em Herval, município de Joaçava. Era Sociólogo. Militou na AÇÃO POPULAR
Foi Diretor da Imprensa Oficial - IOESC
Foi Deputado estadual em Santa Catarina até 1964
Preso em SP é Desaparecido desde 1973, pois seu corpo nunca foi entregue a família.

A ditadura militar fez muitas vítimas. Prendeu, cassou, demitiu, matou e inventou um conceito novo: O desaparecido.
Pessoas que foram presas e desapareceram, sem que a família pudesse visitar o túmulo e levar uma flor.

Paulo era filho de pastor presbiteriano norte-americano, missionários que vieram para o Brasil e se estabeleceram no Vale do Rio do Peixe. Teve a educação igual a milhares de crianças nas pequenas vilas catarinenses, escola, estudo, igreja.

Foi candidato a prefeito de Joaçaba pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, perdendo a eleição por 08 votos.

Tinha na ocasião apenas 27 anos.Em seguida veio para

Florianópolis e foi Diretor da Imprensa Oficial.

Ligado aos movimentos populares e operários e aos pescadores do litoral catarinense, onde organizou uma cooperativa de pesca.

Em 1962 foi eleito deputado estadual.

Em 1964 com o golpe militar, teve seu mandato cassado. Foi cassado nesta casa pelos seus pares, amedrontados pelos militares.

Viveu na clandestinidade durante 10 anos, e começou a militar na AÇÃO POPULAR, movimento revolucionário que combatia a ditadura.

Nos primeiros dias de setembro de 1973, depois de encontrar um companheiro no trem de Mauá, foi preso, levado para o DOI CODI de São Paulo e nunca mais foi visto.

Os familiares catarinenses procuram até hoje informações sobre os fatos acontecidos naqueles tenebrosos dias.

003 - PEREIRA, Moacir. **Cresce movimento contra nova cassação de Paulo Wright.** 6 ago. 2012. Disponível em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2012/08/08/cresce-movimento-contra-nova-cassacao-de-paulo-wright/>. Acesso em: 06 abr. 2017.

Moacir Pereira 003

Cresce movimento contra nova cassação de Paulo Wright

06 de agosto de 2012 2

Depende apenas do governador Raimundo Colombo o destino do projeto do deputado Gilmar Knasel, do PSDB, que propõe a mudança da Avenida Paulo Stuart Wright, para Avenida Francisco Fleith, a ligação entre a BR-101 e os municípios de Penha e Piçarras.
O projeto do tucano já foi aprovado pela Assembleia Legislativa e está para sanção do governador. Colombo tem recebido uma série de apelos, cartas e manifestações para que vete o projeto. Na prática, segundo movimento político em defesa da manutenção do nome, representa uma segunda cassação de Paulo Wright.
Deputado estadual e organizador das cooperativas de pesca no litoral de Santa Catarina, Paulo Wright teve o mandato cassado pelo parlamento em 1964, a pedido do regime militar.

Segundo a professora Derlei Catarina de Lucca, uma das líderes do movimento contra a nova cassação, o governador deve decidir o destino do projeto de lei até quinta-feira.

Postado por Moacir Pereira, às 8:32

Categorias: 1

Comentários (2)

- André diz: 6 de agosto de 2012

  Nobres deputados catarinenses não tem mais o que fazer, a não ser, mudar nome de ruas.
  Políticos catarinenses medíocres e povo conivente.

- Luis diz: 6 de agosto de 2012

  A ALESC, covardemente,cassou-o uma primeira vez. Entregou-o à clandestinidade e morte. Agora, nova canalhice. E outra, Moacir, porque não se produziu ainda sua biografia? Nossos autores de livros correlatos só tem olhos para as figuras conservadoras, com edulcoradas e muito questionáveis memórias?

018 - [LEGISLATIVO veste toga da Revolução]. Joinville, 30 set. 1984. Especial, recorte de jornal, 8 p.

(5)

A imprensa livre, como dizia ames Wright, continua a exer- er um papel importantissimo. No dia 20/09/79, Helena Cláudio ragoso, classificava, em artigo no JB, a questão dos desaparecidos como "o mais grave e inquietante problema no campo dos direitos humanos". Os desaparecidos foram sequestrados e mortos, não há dúvida, dizia. "Os autores desses crimes foram anistiados, o que significou que tais crimes, por ficção, desapareceram. A lei da anistia resolveu os problemas jurídicos criados pelo desaparecimento. Em verdade, no entanto, a questão continua em aberto e não se encerrará enquanto não for explicado o que fizeram dos cadáveres e como foram praticados crimes tão hediondos" (...). Ainda agora "Retrato do Brasil" (nº 3) lembrava: "muitos no entanto não puderam se beneficiar da anistia: os quase 400 "desaparecidos e mortos".

O documento mais contundente até hoje sobre o assunto foi elaborado pela Comissão pelos Desaparecidos Politicos Brasileiros/ Familiares Amigos e Ex Militantes da Ação Popular Marxista — Leninista. Trata-se não apenas de homenagem aos que desapareceram durante a repressão brutal do período de 1968 a 73", mas de "um instrumento de luta onde é feito um chamamento "a todos que acreditam na necessidade de instauração da democracia no País". Uma democracia sem adjetivos, é claro.

"O final da década de 60 e o início da de 70 não serão apagados da memória do povo brasileiro... O regime militar nesse período mudou de forma: para defender os interesses de uma minoria e enfrentar o protesto crescente da imensa maioria, assumiu o caráter de uma ditadura cruel que não hesitou em perseguir, prender, torturar e matar". Numa cobrança direta ao Presidente Figueiredo, lamenta que "em todos esses anos de abertura democrática, não tenha sido possivel apurar nenhum dos crimes cometidos nos porões da ditadura contra milhares de pessoas". O regime mantém ainda em sua retaguarda o principal instrumento de repressão, introduzido em 68: a LSN.

Concluindo: "Não pode haver nenhuma dúvida quanto à responsabilidade do regime, no entanto. Se não era culpado, por que calou-se, por que ignorou as denúncias, por que não apurou os fatos? Por que não responde à Nação?"

Essa parte digna de sua história não pode ser escondida do povo. Mas os culpados podem ficar tranquilos: os dois candidatos à presidência prometem não mexer nisso. Confunde-se — e de propósito — justiça com revanchismo.

(Continua na página 3)

Legislativo veste toga da Revolução

"(...) Convoco outra extraordinária, às 19 horas do dia de hoje, com a seguinte Ordem do Dia: "Redação Final do Projeto de Resolução nº. 2/64, que cassa o mandato do Sr. Deputado Paulo Stuart Wrigth".

Final de tarde 9 de maio de 1964. O Poder Legislativo catarinense acabava de cassar o mandato do parlamentar de Joaçaba, eleito dois anos antes pela via direta, sob o estigma do "comunismo", principal palavra de ordem do governo "revolucionário", que tinha derrubado Jango há poucos dias.

Essa decisão do Poder Legislativo deixou cicatrizes muito profundas na política catarinense, em particular. E acabou submergindo, levaram à cassação. Ou seja, parte submersa do iceberg, que agora procuramos trazer à tona. (Veja matéria "Boi às Piranhas", também sobre o mesmo assunto).

A sessão extraordinária, que culminou com a cassação, foi precedida por um clima de muita tensão, que iniciou já no dia 1 de maio, quando o Secretario de Segurança Pública, Jade Saturnino Magalhães, enviou um ofício à Assembléia sobre as lições políticas de Paulo Wright.

Na tarde do mesmo dia, o presidente da Assembléia, o ex-governador, ex-deputado Ivo Silveira, ao final da sessão, leu o expediente da Secretaria de Segurança [illegible] uma sessão extra a apreciação do ofício.

O presidente Ivo Silveira informou que a matéria seria examinada por uma Comissão Especial. Solicitou a indicação, por parte dos líderes de Bancada, dos nomes que iriam integrar a Comissão, segundo registro Diário da Assembléia, de 23 de maio de 1964. A comissão foi composta, então, pelos seguintes representantes: Partido Social Democrático (ex-PDS) deputados Paulo Preis; União Democratica Nacional (ex-UDN) deputado Ruy Hulse; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) deputado Genir Destri: Partido social progressista (ex-PSP) deputado Antônio Pichetti e pelo Partido Democrático Cristão (ex-PDC) deputado Urbano Bertoldi.

Ouvidas as lideranças, o presidente da Assembléia declarou constituída a Comissão Especial. Ele ainda esclareceu que o parecer da Comissão, quando apreciado pelo plenário, receberia votação nominal.

Coube a presidência da Comissão ao deputado mais idoso, Paulo Preis, que ainda no mesmo dia convocou uma primeira reunião: ao término da sessão, na qual foi homologado para o cargo de presidente, tendo o deputado Genir Destri, como vice.

A partir daí aconteceria o inesperado: no dia seguinte à formação da Comissão, um novo documento, desta feita, mais intrigante do que o primeiro, chegaria ao conhecimento dos parlamentares. Tratava-se de um dossiê preparado pelo almirante Murilo Vasco

UDESC - FAED - IDCH

val, também sobre as ligações políticas de Paulo Stuart Wright.

Que ficou assim registrado no Diário da Assembléia: "O Sr presidente informou que acabara de receber do Sr Almirante Comandante do 5º Distrito Naval, "Dossier" do Sr. deputado Paulo Wright. Informou ainda o Sr Presidente que passou cabograma ao Sr. Deputado Paulo Wrgnt, solicitando sua presença nesta Capital, tendo o mencionado Deputado informado de que não poderia comparecer à sessão ordinária de hoje".

Nesta mesma sessão, os parlamentares foram comunicados sobre a formação da Comissão Especial. E nova reunião foi convocada pelo deputado Paulo Preis.

No dia seguinte, 6 de maio, chegou à Assembléia um telegrama do então general-de-brigada Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar e secretário do Conselho de Segurança Nacional do governo Castelo Branco — esclarecendo que o Legislativo, mesmo com os atos institucionais, unha poderes para a cassação do mandato parlamentar.

Eis a íntegra do telegrama: "(Recomendando urgente) Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. nº 28 As Sec de 4/564. Parágrafo único artigo décimo Ato Institucional transferiu ao senhor presidente da República, mediante proposta Conselho de Segurança Nacional e prazo sessenta dias contar quinze de abril próximo passado, atribuição aplicar sanções previstas referido artigo. De outro lado, artido nono decreto nº 53897, vinte e sete abril último, determinou como competentes para provocar proposta do Conselho Segurança Nacional, mediante representação, respectivos membros, chefes podores Estados e secretário geral Conselho. Consideramos gravidade sanção, a qual deve fundarse razões relevância relacionadas interesse paz e honra nacional, venho lembrar vossa excia conveniência representações aqui referidas, quando tenham ser encaminhadas, deverão ser acompanhadas da justificação necessária e até dez dias antes findo prazo aludido, para exame Conselho Segurança Nacional Esclareço Secretaria Segurança funciona Avenida Presidente Vargas, 595, 6º andar, Rio de Janeiro — Guanabara. Cordiais saudações. General de Brigada Ernesto Geisel, secretário Geral do Conselho Segurança Nacional".

ma do general Geisel. Ivo Silveira informara, por seu turno, que providências nesse sentido estavam sendo tomadas. O deputado Paulo Pries, de outro lado, informava à Casa que "na tarde do dia anterior a Comissão Especial realizara sua primeira sessão ordinária ficando estabelecido, na mesma, um prazo de 48 horas para exame da documentação. Porém, na tarde de hoje,(portanto dia 6) quatro dos senhores deputados, integrantes da Comissão, abriram mão daquele prazo, em vista do telegrama do senhor general de Brigada Ernesto Geisel. Assim, a Comissão Especial poderá ter pronto na próxima sexta-feira o seu parecer". Ele solicitou ao final, a convocação da Comissão Especial para uma reunião, às 17 horas da tarde.

Nesta reunião, o presidente Paulo Preis, invocou o artigo 106 do Regimento Interno da Assembléia, incisco II, e a Constituição, artigo onze, para afirmar que aquele Poder não podia julgar a matéria em face da assinatura do Ato Institucional. Cabia ao Presidente da República julgá-la.

Nova sessão ordinária da Assembléia foi convocada pelo presidente Ivo Silveira para a manhã do dia 8 de maio. Agora, contudo, a decisão quanto à cassação ganhava de amplos setores ritmo acelerado.

A matéria não chegou a ser esgotada durante a sessão normal.

Paulo Preis comunicou aos parlamentares a decisão da comissão. Vários deputados se pronunciaram a respeito. Quando os líderes da ex-UDN e ex PSD, respectivamente, deputados Fernando Viegas e Dib Cherem, solicitaram a convocação de uma sessão extraordinária para às 14 horas a fim de dar continuidade à discussão do parecer da Comissão Especial. O requerimento foi aprovado.

Ainda durante essa sessão, o presidente da Assembléia comunicou a instalação da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo sido eleitos os deputados Paulo Preis e Adhemar Gusi, respectivamente, presidente e vice.

E, é bom lembrar, também, que nessa mesma manhã, depois de nova reunião, a comissão especial decidiu dar por encerrado os seus trabalhos e encaminhou a presidência da Casa o Processo "para seu curso normal". Foi feita uma importante correção em seu parecer: O processo devia ser enviado ao Conselho de

A 2ª sessão extraordinária era a oerta.

O deputado Fernando B. Viegas perguntou à Mesa como pensava a Presidência sobre o parecer da comissão, sobre a cassação de mandato, em face do Ato Institucional. A presidência informou que julgava que a Assembléia Legislativa podia cassar mandato de deputado, com amparo no Regimento Interno. Não podendo, no entanto, cassar os direitos políticos", informava Ivo Silveira.

O deputado Ladir Cherubim encaminhou à Mesa Projeto de Resolução, informando a Ivo Silveira que a Mesa só poderia receber o projeto após a discussão do Parecer da Comissão Especial.

O deputado Ruy Hulse de outro lado solicitou que fosse lido, novamente, o telegrama recebido do General de Brigada, Ernesto Geisel.

A discussão se prolongou.

Quando o deputado Waldemar [illegible] já o deputado Dib Cherem [illegible] foi aprovado pelo Plenário, [illegible] os trabalhos, após de [illegible] Salles encaminhou à Mesa requerimento solicitando a prorrogação da sessão por duas horas. Ao ocupar a tribuna, por requerimento verbal solicitou que fosse votada a discussão do Parecer para a sessão do dia seguinte!

Ivo Silveira, segundo registro do Diário da Assembléia, em face das divergências surgidas durante a discussão, sobre a competência ou não do Poder Legislativo no julgamento do processo em pauta, resolveu encaminhar o Processo à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Paulo Preis, então, atendendo à solicitação da presidência, convocou uma reunião da Comissão de Justiça, para às 8h30mm do dia 9. E o presidente Ivo Silveira convocou a 3ª sessão extraordinária também para o mesmo dia, com seguinte Ordem do Dia: "Apreciação do Parecer exarado no Processo encaminhado pelo 5º Distrito Naval e Secretaria de Segurança Pública".

Foi uma sessão rápida. O presidente Ivo Silveira informou aos deputados que "em face da importância da matéria a Comissão de Justiça ainda não havia elaborado o Parecer para que o mesmo fosse submetido à consideração do Plenário". E convocou outra sessão extraordinária para às 14 horas, para a apreciação do Parecer.

A comissão de Justiça, depois de muita discussão, decidiu pela

UDESC - FAED - IDCH

Após encerrar a discussão do Parecer da Comissão de Justiça, o presidente passou à votação do Parecer da Comissão Especial, destacando a votação em dois itens. O deputado Paulo Preis requereu votação nominal, que foi aprovada pelo Plenário.

Ivo Silveira colocou em votação a primeira parte, que reconhecia a culpabilidade do deputado Paulo Stuart Wright. Que foi aprovada por 41 parlamentares. Também votaram a favor o amigo de Paulo Wright, deputado Antônio Pichetti e o companheiro da antiga legenda do parlamentar, deputado Genir Destri.

Em seguida, foi aprovada a segunda parte da Comissão Especial que tratava sobre a remessa ao Conselho de Segurança Nacional, ou o seu pernanência na Casa. Votaram 41 deputados, de um total de 45, tendo votado 8 "sim" e 33 deputados "não", ficando assim rejeitada a segunda parte do Parecer.

Já no início da noite de sábado, o presidente Ivo Silveira colocou em votação nominal o Projeto de Resolução nº 2/64, que declarava a perda do mandato do deputado Paulo Wrihgt.

Votaram "sim" 39 deputados, alcançando a votação de dois terços previstos pela Constituição do Estado, ficando o Projeto de Resolução Aprovado.

Votaram "sim" os seguintes deputados: Abel Ávila dos Santos, Aureo Vidal Ramos, Dib Cherem, Heriberto Bittencourt, Florentino Masselino, Henrique de Araújo [illegible], Lauro Lacks, Lucian Slovinski, Nelson Pedrini, Nilton Kucker, Paulo Rocha Faria, Paulo Preis, Waldemar Sellos, Walter Vicente Gomes, José Gonçalves, João Custódio da Luz, Fleuzio Lunardi, Athenar Poladini, Chisto Affonso Chizzo Alio Pereira de Andrade, Celso Ivan da Costa, Fernando B. Viegas, Gentil Bellani, Ledir Cherubini, Mário Olinger Pedro Hartto Hermes Pedro Paulo Colin, Ro Bianchi e Urbano Bertoldi.

O deputado Genir Destri, do PTB, foi o único parlamentar a votar contra a cassação. E o deputado Antônio Pichetti, da ex-FRP, ausentou-se do Plenário no momento da votação.

LEGITIMAÇÃO

Todos os partidos políticos com representação na Assembléia, procuraram justificar a cassação de Paulo Wright. Talvez, temendo pior sorte nos embates eleitorais futuros.

A declaração de voto da ex-UDN, é a síntese histórica do que procuraram justificar na época os demais partidos, que é a seguinte "A UDN vota a favor da cassação pois estão demonstradas as ligações do referido deputado com elementos reconhecidamente subversivos".

A popularidade de Paulo Wright, por certo, afetava a vida dos chamados políticos tradicionais, já que ele era o avesso daquilo que os deputados fantoches apresentavam na Assembléia.

Assim se considerarmos a força eleitoral que Paulo Wright representava em todo o Estado, podemos entender porque a Assembléia votou pela culpabilidade e aprovou a cassação. E porque foi guindado à condição de "bode expiatório" da revolução.

Para tanto, discretamente, foi aproveitado o deixa do governo revolucionário acerca das ligações políticas do parlamentar. O que fez com que alguns deputados procurassem mascarar o seu voto. E outros, abertamente, tivessem votado de forma bastante ostensiva.

Tal postura da Assembléia Legislativa catarinense acabou legitimando de graça o que o governo revolucionário queria: transformara iniciativa em prerrogativa constitucional.

DESTRI: "ATIRARAM O BOI ÀS PIRANHAS"

Representante da nova safra de políticos da Legislatura de 1962, o ex-deputado Genir Destri, ex-PTB, moderado, eleito por Chapecó, conhecido de Paulo Wright desde 59 quando organizaram o trabalhismo no Oeste, fala da cassação do ex-companheiro de partido.

Exatamente vinte anos depois, vivendo ainda em Chapecó, junto da família, Genir Destri diz categoricamente que não sofreu perseguições políticas por ter votado contra a cassação de Paulo S Wright. Embora tivesse votado pela culpalidade do parlamentar.

Era o único solteiro na ocasião, e acredita até hoje muitos votaram pela cassação temendo consequências" que poderiam ser até trágicas".

Afirma que a partir da cassação, "ao se entregar o boi às piranhas, reduziram-se às pressões (?) em cima da Assembléia".

A seguir os principais trechos de uma entrevista de uma hora de duração:

DECISÃO ESTRANHA

Genir Destri diz que foi uma "decisão muito estranha tomada

Segundo ele, a Assembléia recebeu apenas uma cópia, uma segunda via, de um inquérito que a Marinha chamava de "dossiê". Através do qual procurou investigar a vida publica e particular de Paulo Wright. Junto com o dossiê, veio acompanhado um ofício encaminhado pelo 5º Distrito Naval, que dizia somente o seguinte: "Encaminhamos para o conhecimento desse Foder cópia desse dossiê sobre as atividades do deputado Paulo Wright. Não pediam nada. Não propunham nada. Não reclamavam nada na carta, diz o ex-deputado.

"A Assembléia, sabendo que no ar havia mais coisas do que os aviões de carreira, como diziam na época, adiantou-se, precavendo-se de possíveis ameaças, mesmo ardilosas, encaminhou esse dossiê e o ofício da Marinha à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça". Como explica Destri, não era possível apreciar aquela matéria fora do âmbito da Comissão.

Ele fazia parte dela. Diz que a Marinha [illegible] de [illegible] de mensagens de [illegible] Wright, que, segundo Destri, "insinuavam algumas idéias trotskistas. Mas que "os conservadores para pressionar a Assembléia a entregar o boi às piranhas. A fim de saciar aquela volúpia das Forças Armadas. E acomodar o Poder Legislativo e evitar que alguém se manifestasse forma a não agredir a situação reinante, que havia sido vitoriosa há poucos dias".

Ele parece querer redimir o mundo, quando diz que afastou desde o início a hipotese de a Assembléia ser o foro competente para "analisar o comportamento do deputado Paulo Wright". "Mesmo porque ele jamais apareceu de cuecas na Assembléia, nunca infrigiu o Regimento ..."

Diz que o Ato Institucional que não tinha número e que depois ficou conhecido como Nº. 1, estabelecia que a competência exclusiva acerca das cassações, cabia ao comando supremo revolucionário.

Para se evitar um julgamento apressado, lembra, formulou um requerimento ao presidente da Comissão de Justiça, deputado [illegible]

UDESC - FAED - IDCH

Militar da Presidência da República, General Ernesto Geisel. Esse telegrama demorou a ser expedido, como também demorou a ser respondido.

Algumas semanas depois da cassação, à Assembléia recebeu um telegrama em resposta a nossa consulta, um telegrama do General Geisel, dizendo que a cassação de mandatos parlamentares em competência exclusiva do Presidente da República Castelo Branco". Em outras palavras: a Assembléia não tinha competência jurídica para "apreciar o comportamento político e pessoal do deputado Paulo Wright", esclareceu Destri.

Mais tarde viria outro Ato Institucional, o de nº 2, que extinguiu todos os atos de cassação feitos por Câmaras Municipais ou Assembléias Legislativas. Então confirma, o ex-parlamentar, "aquele erro da Assembléia acabou sendo convalidado através de um Ato Institucional".

(Continua na página 4)

Fecopesca desperta ódio

A fundação da Federação das Cooperativas de Pesca (Fecopesca), reunindo 27 entidades e 25 mil famílias até então jogadas ao relento, ao mesmo tempo em que constituiu-se na mais séria tentativa de elevar o pescador brasileiro a superar as medievais condições de vida e trabalho", despertou imediatamente a ira dos atravessadores, ligados "à política tradicional do Estado", contra o seu idealizador e fundador, Paulo Stuart Wright.

E não era para menos. "da primeira vez em que conseguiu lançar pescado no mercado da cidade, vendeu-o a 120 cruzeiros o quilo, quando o preço corrente era de 400 e os pescadores receberam, apesar disso, o dobro do preço que lhes era pago pelos pombeiros".

(Esse dado consta do livro "O Cristo do Povo", de Márcio Moreira Alves, que considerou a Fecopesca a melhor iniciativa que já apareceu com vistas a "organizar populações esparsas"). O repórter Carlos Pizarro (CM 12, Jan/Fev, 1964) foi mais longe já a partir do título: "Revolução em Santa Catarina". Talvez não fosse tanto. Mas uma coisa é certa: se o projeto prosseguisse, não fosse torpedeado por todos os flancos, tinha tudo para redimir a vida social e econômica da comunidade pesqueira catarinense. O mais lamentável é que a Fecopesca acabou transformando-se em "oportuno" pretexto para os órgãos de segurança.

Conforme revela o Pastor Eber Ferter, que assessorou a direção da Fecopesca, a entidade foi inspirada numa viagem que Paulo fez ao litoral catarinense, em julho de 61, quando notou que "as excelentes condições para a exploração da pesca" contrastavam "de maneira gritante com os precários recursos de que dispunham as populações praianas". Era preciso — raciocinava Paulo — fazer algo para "revolucionar aquele status que" e desencadear na área um "surto de progresso". Os seus únicos aliados, inicialmente, seriam a natureza e o trabalho conjunto da massa de pescadores. Daí a conclusão de que o primeiro ato deveria ser "a unificação das populações litorâneas", através de uma "rede de pequenas cooperativas federadas" direcionadas a "um ideal único" e em "benefício de todos".

Em 1961, Paulo saiu "vendendo a idéia" em todas as colônias pesqueiras do Estado. "Em cada localidade, permanecíamos durante algum tempo, explicando aos pescadores as razões por que se fazia necessária a unificação, descobrindo as lideranças naturais ou eventuais e marcando assembléias para a eleição das diretorias dos primeiros núcleos que se constituíram, mais tarde, nas cooperativas. Estava iniciado o nosso movimento", nas palavras de Paulo.

Dado o primeiro passo, iniciou-se a luta pelos recursos necessários à viabilização do Projeto. Paulo esperava pelos possíveis benefícios de uma das "unidades móveis de crédito agrícola" — recém — criadas pelo presidente renunciante Jânio Quadros. Porém a "crise de agosto" frustou essas esperanças. Todavia, Paulo e seus companheiros não desanimaram. Afinal, a missão era nobre. Logo que "baixou a poeira da crise" foi providenciada a documentação exigida e já em princípios de 1963 a Fecopesca estava oficialmente organizada.

Para colocá-la em funcionamento, evidentemente necessitava de recursos. Depois de perder a ilusão de contar com apoio federal, apresentou um projeto de financiamento ao governo estadual. Porém, não obteve êxito. A conclusão a que chegou então era a de que a "única forma de levar as autoridades estaduais a tomarem alguma decisão concreta seria igualar-se a elas e exigir". Surge então a candidatura de Paulo à Assembléia. Eleito, o líder cooperativista "passou a encontrar facilidades de acesso às autoridades administrativas antes inatingíveis". O seu projeto de financiamento sai então da gaveta: o Executivo, via Secretaria da Agricultura e Departamento de Caça e Pesca, resolve firmar convênio com a Fecopesca. (O convênio, conforme constou em de 17/11/62 e o decreto do Governador Celso Ramos era o S.A 06-03-63/136). Pelo convênio o Estado "obrigava-se a assistir e financiar a ação da entidade", criando "as condições para que o pescador passasse a confiar nas autoridades constituídas".

Os resultados foram compensadores. "A renda média anual de cada centro de pescadores ocasionava em Cr$ 1.360.000,00 aproximadamente, tomando-se em conta a quantidade de 55.561 toneladas de pescado recolhida pelos 27 centros. No primeiro ano de funcionamento da Fecopesca, esta quantidade possibilitou a cada centro uma renda de Cr$ 3.434.000,00, ou seja, uma vantagem de Cr$ 2.074.000,00" (CM 12, Jan/fev. 1964). O rápido retorno deveu-se, basicamente, à racionalização dos métodos de trabalho e utilização de equipamentos mais adequados. Quebrava-se, dessa forma, o controle que famílias tradicionais de Santa Catarina exerciam sobre o setor. Paralelamente, Paulo continuava defendendo a comunidade pesqueira na Assembléia. No seu segundo discurso, a 13 de março de 63, justamente abordava o convênio com o Estado, através do qual se proporcionaria aos pescadores "alguns elementos fundamentais e básicos para que eles possam, por sua própria força, organizar as suas vidas, organizar a sua produção, normalizando assim uma situação que aflige, através de gerações, toda a população litorânea" ( ).

Enquanto seu nome se transformava em "sinônimo de redenção para milhares de pescadores", começava a ser violentamente atacado pelas partes interessadas na exploração pesqueira, é claro. O "símbolo do ciúme" tinha o no-

UDESC - FAED - IDCH

me de Sebastião Bonassis de Albuquerque que não admitia que o Governo assinasse um convênio com a Tecnopesca, esquecendo do apoio oficial de resistência ao cooperativismo ao qual pertencia há pouco e que, conforme disse está "absolutamente desaparelhado de material e pessoal". Os dois — Paulo e Sebastião — pontificavam na época pelos jornais. O tecnocrata não admitia que pudesse ser preterido, com toda a sua experiência, por alguém "analfabeto em cooperativismo, e sem conhecimentos suficientes para organizar o que parecia pretender, pois já começara tudo errado". O seu ódio a Paulo Wright vai além da morte. Pois, no momento em que soube do interesse da oposição catarinense em esclarecer o seu desaparecimento, veio por duas oportunidades ao jornal manifestar o seu descontentamento, engrossando o rol de calúnias imputadas ao ex-deputado. (Vide cartas publicadas em "O Estado", de Florianópolis, edições de 19/8/79 e 26/agosto/79). Já no dia 10/10/63 havia publicado, no mesmo estilo, um artigo no "A Gazeta" (Florianópolis). Numa das cartas ele mesmo se pergunta: "O que ele tinha contra Paulo?" E responde: "Nada. Embora ele me tivesse insultado, difamado e caluniado pública e gratuitamente pela imprensa, cercado de imunidades mas esquecido do decoro parlamentar". Na carta deixa explícita a sua ligação com os órgãos de segurança: " .. Curiosamente, um dia em que um amigo meu me pediu, na DOPS, informações sobre ele, uma dúvida foi levantada entre nós... Para mim era um canalha, de acordo com documento que recebi tardiamente de um oficial de nossa Marinha ligado a seu serviço secreto... Mas, ao mesmo tempo, como agente da CIA, que devia ser ..." E perguntava: "O que pretende agora o MDB com sua preocupação com ele?" "Nunca achei de prestar homenagem às pessoas pelo que sonham", acrescentou. James Wright, irmão de Paulo, responde à tentativa de, num estilo "macarthiano", fazer acusações sem provas. "Quero levantar esta pecha de que meu irmão foi agente da CIA parece-me uma forma muito covarde de querer acusar uma pessoa que tenha, talvez, levantado suspeitas sobre a atuação de outras pessoas". E colocou um ponto final na questão: "Paulo saiu dos EUA para fugir à convocação militar e, sobretudo, para não perder a cidadania brasileira. Mais do que este leitor de "O Estado", Paulo teve o privilégio de escolher ser brasileiro, por ser filho americano".

A Fecopesca cumpria seu papel. "O pescador catarinense, se não está ainda totalmente redimido da miséria em que vivia, pelo menos tem meios para vencer o fantasma da fome e constituir-se numa comunidade progressista e laboriosa", dizia a imprensa. Porém, esta trajetória foi interrompida violentamente. Paulo foi cassado, desapareceu e com ele morreu também a Fecopesca.

LISTA DE DESAPARECIDOS

A Comissão pelos Desaparecidos Políticos brasileiros, familiares, amigos e ex-militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), elaborou um documento em que registra os nomes da quase totalidade dos presos políticos desaparecidos no País desde 1964, num total de 136. Três deles desaparecidos no Chile, em 1973. E 13 presos políticos brasileiros desaparecidos na Argentina, entre os anos de 1973 a 1980. Registra ainda os nomes de 4 cidadãos argentinos desaparecidos no Brasil.

E, ainda relacionou os nomes de 169 presos políticos brasileiros assassinados desde 1964 até o ano de 1976.

Em determinado trecho do extenso documento, a Comissão pelos Desaparecidos Políticos brasileiros apresenta a sinopse, acompanhada das respectivas fotos, dos seguintes presos políticos até hoje desaparecidos:

HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES (10/10/73)
Presidente da UNE em 73. Honestino era um dos militantes mais visados pelo regime militar. Foi preso e perseguido várias vezes. Quando sequestrado, tinha uma filha, Juliana, de 3 anos de idade.

GILDO MACEDO LACERDA (22/10/73)
Foi cassado pelo 477. Preso em Salvador. Segundo o governo, morreu em tiroteio com a polícia, em uma rua do Recife. O corpo de Gildo nunca foi entregue à sua família.

PAULO STUART WRIGHT (04/09/73)
Preso por agentes do Exército em uma rua de São Paulo. Filho de missionários norte-americanos nasceu em Joaçaba, Santa Catarina, em 2 de julho de 1933. Participou da frente de criação da Federação das Cooperativas de Pescadores (FECOPESCA). Foi um dos principais responsáveis pela construção de uma nova concepção para a luta revolucionária em nosso País. Identificou a necessidade da luta pela revolução socialista, precedida pela conquista de liberdade política.

HUMBERTO ALBUQUERQUE CÂMARA NETO (08/10/73)
Vice-presidente da UNE, gestão 69. Sequestrado pelos órgãos de segurança do governo.

RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA (23/12/70)
Era um dos líderes do movimento operário de Mauá (SP). De 1967 a 1970 trabalhou nas empresas Fertilizantes Capuava.

EDUARDO COLLEN FILHO (fevereiro/74)
Estudou Direito na Universidade Federal da Bahia até ser cassado pelo 477. Foi preso no fim em fevereiro de 74.

JOSÉ CARLOS NOVAES DA MATA MACHADO (19/10/73)
Carlos entrou na Universidade em 64, para estudar Direito. Presidiu o D.A. e foi eleito para a diretoria da UNE, na gestão Luiz Travassos (67/68). Foi preso em São Paulo em 19 de outubro de 1973.

LUIZ HIRATA (1971)
Estudava Agronomia em Piracicaba. Deixou os estudos no 4º ano, em 69, para dedicar-se à luta política. Foi preso em 1971. Torturado, deu entrada no Hospital das Clínicas com insuficiência renal aguda, vindo a falecer alguns dias depois.

JORGE LEAL GONÇALVES FERREIRA (outubro/73)
Baiano de Alagoinhas, engenheiro, trabalhou na refinaria da Petrobrás, em Mataripe. Sua morte nunca foi reconhecida pelo governo, que sequer admitiu sua prisão.

(Continua na página 5)

Quem é Paulo Wright

Paulo Stuart Wright foi antes de mais nada um grande brasileiro, apesar da dupla nacionalidade. Pastor presbiteriano e político. Por ser um bom pastor e um bom político, foi perseguido tanto pelo regime como por setores da própria igreja. Cassado, desaparecido, queiram ou não, transformou-se num "mártir", no "Tiradentes de Santa Catarina", numa referência ao mártir da Inconfidência Mineira.

Paulo Wright, como o sacerdote colombiano Camilo Torres, "el amor debe ser eficaz".

Afinal, como dizia Ernesto Che Guevara, "o verdadeiro revolucionário é sempre guiado pelo grande sentimento do amor".

Nasceu em Joaçaba, Santa Catarina, a 2 de junho de 1933. Passou a infância às margens do Rio do Peixe. Começou os estudos na escola do pai, que foi implantada em consequência do boicote sofrido pela família por setores do clero local. Inteligente, desde cedo passou a se interessar por problemas sociais. A sua vocação pastoral também era política, como deve ser.

UDESC - FAED - IDCH

senvolveu importante trabalho político na região, reivindicando soluções para as injustiças sociais existentes. Também cedo foi marcado por uma tragédia: perdeu dois irmãos por afogamento no Rio do Peixe. Seu pai ao retornar aos EUA, deixou-o internado no Colegio de Piratuba, que, conforme diz o livro "O Cristo do Povo", rápido "se revelou insuficiente para conter sua sede de vida". Após estudar no Instituto Educacional de Passo Fundo, seguiu para os EUA.

O jovem coloca a sua vocação em prática. Identificado com a classe trabalhadora, participa da criação dos primeiros sindicatos de Joaçaba, entre os quais o dos Metalúrgicos. Ingressa então na política partidária, inscrevendo-se nas fileiras do PTB. Perde as eleições para vereador. Em 1960 ocorre um acordo entre o PSD e o PTB, nascendo a Aliança Social Tabalhista. Paulo é lançado a prefeito, sendo o primeiro candidato protestante do município. A campanha é bonita, inovadora. A disputa acirrada. Ele percorria a cidade num jeep. Formou-se inclusive um comitê feminino pró-Paulo Wright. Porém, o clero local não aceitou a candidatura, empreendendo boicote. Todavia chegou a ter apoio de um grupo de freiras. Resultado: perdeu por apenas sete votos para José Valdomiro Silva. Houve na ocasião um "protesto-monstro", mas pacífico.

Em 1960, Paulo foi escolhido secretário-regional da Unidade Cristã de Estudantes do Brasil e, em 61, nomeado secretário da Delegacia Regional da Fronteira Sudoeste, novamente em Joaçaba. Finalmente, foi levado pelo então governador Celso Ramos para Florianópolis, onde dirigiu a Imprensa Oficial. Na Capital, o trabalho em defesa dos oprimidos, especialmente através da ideia da Fecopesca, projeta sua liderança.

Nasce aí a sua candidatura a deputado. Na última hora, em função da "correlação de forças interna", (acordo de cúpula), o PTB optou por Agostinho Mignoni, negando a legenda a Paulo. Ele ingressa então no PSP, que, no fundo, esperava eleger Delamar Vieira. Paulo é o deputado mais votado (2 144 votos), passando a ser o único representante daquele partido na Assembléia. Recebeu o seu diploma do presidente do TRE, Ivo Guilhon, no dia 30 de novembro de 62. Na época, seus passos já eram vigiados pelas forças repressivas.

Paulo fez graduação em Sociologia e Política no Estado de Arkânsas. Especializou-se também em Estudos de oPulação. Trabalhou na construção civil em Los Angeles, para "melhor conhecer a realidade da classe trabalhadora". Na Flórida fundou um grupo de combate à discriminação racial. Fazia doutorado naquela universidade, na área de Sociologia, quando foi convocado pelas Forças Armadas americanas. Para não ter que participar da Guerra do Vietnam, largou os estudos e saiu na clandestinidade de volta ao Brasil.

Casou-se em Curitiba. O seu irmão, James, fez a celebração. Algum tempo depois Paulo e sua esposa, Edemar, foram para São Paulo. Lá ele participou de uma experiência que sua igreja estava fazendo dentro das fábricas, especialmente a nível de assistência social. Atuava na Vila Anastácio (bairro operário).

Foi lá que ele teve nova "injeção revolucionaria". Morreu, por absoluta falta de assistência, o primeiro filho do casal. Conforme conta, Jaimes Wright, "a esposa dele foi ao hospital e o filho nasceu sem nenhuma assistência de médico ou enfermeiro (...). A criança não viveu mais do que um dia". O fato ocorreu no antigo IAPC na Lapa. Paulo chorou muito e bomentou com o irmão que daí pra frente que iria "se engajar politicamente no sentido de buscar evitar que isto se repetisse com outros operários". Pouco depois, com o falecimento de sua mãe, Paulo, que era o filho mais moço, viu-se obrigado a mudar para Santa Catarina e ficar junto do pai.

Foi obrigado a se desquitar de Edemar. Jaimes também acabou fazendo o desquite. Isto em consequência da perseguição que ela sofria no Paraná, "simplesmente por ser casada com um deputado cassado". Edemar não encontrava emprego. O processo de Paulo tramitava na 5ª Região Militar (Curitiba). O próprio James foi denunciado várias vezes "como elemento perigoso" só porque era irmão de Paulo. E isso inclusive por setores da própria igreja a que pertencia. Paulo tem dois filhos: João Paulo, 19 anos, e [illegible] Cristina, 20 anos. Continuam morando no Paraná.

Na Assembléia Paulo era uma "voz sempre protestando contra a corrupção existente no Estado". Como não seguia a orientação de Adhemar de Barros e não dava lugar, para o suplente "faturar o dele", foi expulso do partido. Ele não hesitava por exemplo, em denunciar os próprios colegas corruptos. A sua formação cristã não admitia "qualquer imoralidade". Ainda antes de ser cassado, a sua "habilidade política incomum" salvou-o de ser assassinado. Não aceitava sequer o famoso conclavo.

No seu último discurso transcrito nos anais da Assembléia (27/03/63) afirma que "os problemas do País só poderão encontrar solução quando o povo, reunido em suas associações, tomar sobre si o encargo de dirigir os seus próprios interesses, de assumir sobre os seus ombros a responsabilidade de levar adiante as suas reivindicações". Após este pronunciamento, o presidente da Casa Ivo Silveira determinou que os seus anais não fossem mais publicados alegando contenção de despesas. Aí houve um branco até o ato negro da cassação. Segundo comentou mais tarde o ex-deputado Antônio Piquatti, "Paulo era um parlamentar muito ativo, atento a todos os debates, sem dúvida um bom parlamentar". E Genir Destri concluía que ele "jamais poderia ser enquadrado por falta de decoro parlamentar pois era acima de tudo uma pessoa educada".

Paulo obviamente já era perseguido antes do Golpe de 64. Um dia antes de ser cassado pela "Casa do Povo", tomou um ônibus em Florianópolis, em companhia do Padre Alípio de Freitas. Ambos se exilaram na Embaixada do México seguindo para aquele país no mesmo ano. Retornou clandestinamente em 65. Na verdade, em São Paulo ele esteve intermitentemente até ser sequestrado pelo II Exército em setembro de 73.

Em 74, Roberto Vicente Lessa enfoca o desaparecimento de Paulo no jornal "A Região" (zona Oeste da Capital paulista) observando que "o seu nome consta de todas as listas de pessoas desaparecidas". Lembra que o conheceu pessoalmente: "era presbítero da Igreja Presbiteriana de Florianópolis onde era pastor o mesmo ministro do Evangelho que até hoje lá se encontra e que, talvez apavorado na época, foi um dos primeiros a cassar-lhe a palavra na sua própria igreja".

Acrescenta ainda que "de tudo que soube e conheci de Paulo (...) ficou-me claro que era homem amado pelo povo e, pela sua formação cristã, jamais optaria por um caminho de violência para obter a transformação social almejada (...) Se foi cassado como presbítero eleito pela sua igreja protestante e pela Revolução, ele o foi por suas idéias e unicamente por elas, pois jamais fez mal a quem quer que fosse". A igreja "pelas notórias ligações com a Revolução de 64, fartamente demonstradas no livro "Inquisição sem Fogueiras" do pastor João Dias de Araújo, até contribuiu, com seu silêncio, para que estejamos até hoje sem notícias de Paulo".

UDESC - FAED - IDCH

"Adhemar de Barros queria matar Paulo"

perseguição a Paulo S. Wright já era implacavel antes mesmo do golpe de 64.

lo como uma "pedra no caminho dos interesses do PSP", o ex-deputado um atentado de morte na véspera do Natal de 63, a mando do próprio do Partido" Adhemar de Barros, através do seu principal homem de nça: o bicheiro Manoel dos Santos. Antes havia sido expulso do Partido uas ideias comunistas". Foi a primeira medida dos seus suplentes na bléia, Maneca Santos, como é conhecido, e Delamar Vieira, encarregar Adhemar de "reestruturar a agremiação no Estado". Como isso não vocou, segundo conta seu irmão James Wright, "tentaram eliminar a sua n desespero".

atentado foi denunciado nos jornais da época. O plano era sordido. a estava "disposto a tudo" para ocupar o lugar do único deputado do que, além de "não fazer o jogo", não cedia às pressões e ainda denun- a corrupção. Segundo "Brasil Urgente" (edição nº 48), Maneca contra- sargento Júlio D'Ávila para "fazer o serviço". Para "despistar e não provas" Paulo seria assassinado "a facadas". Júlio receberia cem mil os de entrada e cinqüenta mil mensais até o final daquela legislatura. as o sargento esperava ganhar mais. Conforme revela James Wright, o to foi à casa de Paulo, contou o plano, "imaginando que meu irmão pamais para não morrer". Paulo não perdeu a calma. E provou ser um leiro político: conseguiu fazer ver ao sargento que "seria contra os in- s dele, da classe dele, matar um deputado que estava tentando servir rimidos". Por incrível que parça o sargento ficou arrependido e en- todos os detalhes.

aulo, que anteriormente já havia feito repetidos pronunciamentos sobre olvimento da policia catarinense com o jogo do bicho, ferindo os interdo FSP, foi à tribuna e denunciou o atentado contra a sua vida, "dando ve nome aos bois". Solicitou, na ocasião, à Assembléia e à Polícia a ra de injuéritos. James esteve em Florianópolis e testemunhou um epino mínimo "desagradável": ele acompanhou Paulo até o Gabinete da ência da Casa, ex-deputado Ivo Silveira, para "pedir providências". Ivo Silveira, após observar que ninguem estava disposto "a mexer nesse assunto", abriu a gaveta e tirou um revólver: "Olha, Paulo, aprenda a se defender porque ninguém na Assembléia vai tocar nisso".

Em janeiro de 64, o jornal "Folha Catarinense" revela que "o inquérito tinha entrado em seu quadragésimo dia sem que se apurasse algo de concreto". A Polícia "simplesmente estava arrastando o processo". De acordo com "Brasil Urgente," o sargento Júlio D'Ávila, depondo no inquérito, afirmou textualmente que "Manoel Santos queria a morte a facadas, para despistar e não deixar provas". O depoimento foi confirmado por testemunhas. Maneca, que já tinha antecedentes, declarou no depoimento à DRP que era bicheiro e não satisfeito citou o nome de outros sete bicheiros. "Pelas declarações prestadas deveria estar preso", comentava "Brasil Urgente", preocupado com a vida de Paulo. Desta vez, estranhamente, o inquérito não foi presidido pelo secretário de Segurança Pública como era a praxe até então, "provando claramente a conivência do Governo do Estado com o bichiero". Normalmente a solução deveria sair em 48 horas. Mas o Polícia sequer havia convocado todas as testemunhas.

Ainda em janeiro, a Frente Operária-Estudantil-Popular de Santa Catarina divulgou manifesto acusando de "cumplicidade" o secretário de Segurança Pública. O mais estranho é que quem "veio a público defender o secretário foi justamente Maneca Santos".

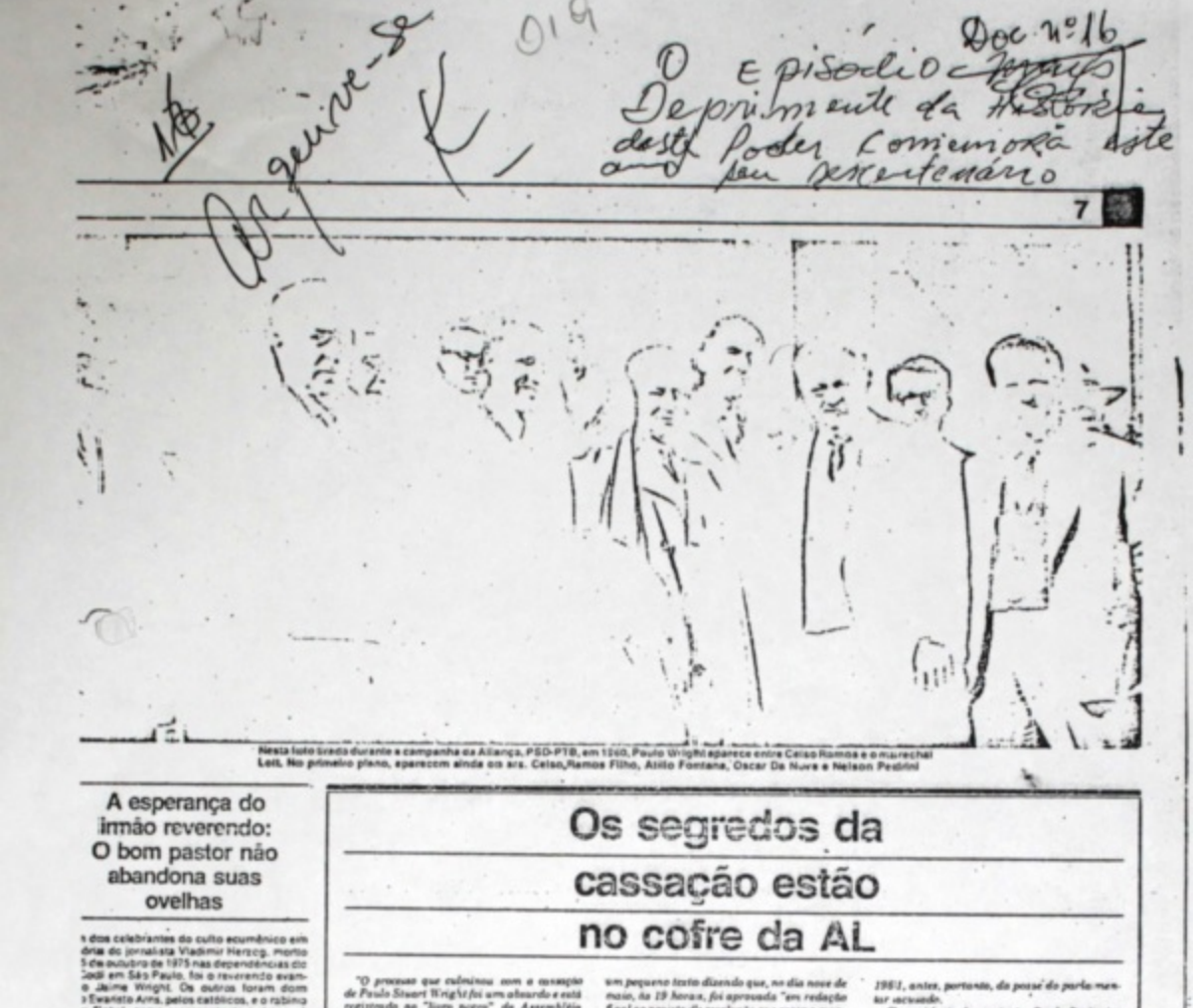
"Brasil Urgente" lembrava que "uma situação de violência e corrupção tomava conta de Santa Catarina" e que Paulo "há mais de um mês tinha sua casa vigiada por policiais, sendo obrigado a permanecer com investigadores à disposição, pois caso contrário, poderia ser assassinado impunemente no meio da rua".

Mais tarde, Paulo teve que entrar na clandestinidade, porque, como subolinha seu irmão, "estava ameaçado pelos policiais corruptos de Santa Catarina e queria, por alguma forma, prosseguir seu engajamento político".

Enquanto isso, Maneca Santos continua livre, fazendo "política" e expandindo o Jogo do Bicho.

UDESC - FAED - IDCH

019 - OS SEGREDOS da cassação estão no cofre da AL. Recorte de jornal, notas a caneta.



Doc nº 16
O episódio [illegible] Deprimente da História desta Poder Comemora este seu Bicentenário
019
7

Nesta foto tirada durante a campanha da Aliança, PSD-PTB, em 1960, Paulo Wright aparece entre Celso Ramos e o marechal Lott. No primeiro plano, aparecem ainda os srs. Celso Ramos Filho, Atílio Fontana, Oscar Da Nuva e Nelson Pedrini

A esperança do irmão reverendo: O bom pastor não abandona suas ovelhas

[illegible] dos celebrantes do culto ecumênico em [illegible] do jornalista Vladimir Herzog, morto [illegible] de outubro de 1975 nas dependências do [illegible] Dodi em São Paulo, foi o reverendo evan- [illegible] o Jaime Wright. Os outros foram dom [illegible] Evaristo Arns, pelos católicos, e o rabino [illegible] y Sobel, como representante judaico. A [illegible]speração Wright e relatada pelo jornalista [illegible] Jordão no "Dossiê Herzog", que [illegible] acontecimentos ligados àqueles [illegible] dias e traça um perfil da instituição da [illegible]ia no País.

[illegible] atino da tarde. A Catedral está repleta. O [illegible] door central, as laterais, até os altares la- [illegible] enhos estão tomados. Muita gente ficou do [illegible] de fora, ocupando as escadarias de en- [illegible] e parte da Praça da Sé. Os momentos que [illegible] edem à entrada dos celebrantes fazem [illegible] nos músculos a tensão acumulada du- [illegible] toda a semana. O início do culto é recor- [illegible] pesado: o reverendo Wright ainda não [illegible] veu preso ele mais de 4 a mais no- [illegible] meio ingenuamente que a polícia pol- [illegible] o garantir o recolhimento em São Paulo. Um [illegible] pouco apreensivo ao microfone e tenta [illegible] a atmosfera, com pequenos avisos [illegible] avós.

[illegible] alavra é dada ao rabino Henry Sobel, um [illegible] cano que reside no Brasil há cinco anos. [illegible] se um rabino. Aqui estou na Catedral para [illegible] oder desde Culto Ecumênico porque um [illegible] mo reverendo Jaime Wright, que finalmente [illegible] quou arcanjar a Catedral, e o segundo a [illegible] Povos ali sabem que ele também comi- [illegible] ma dor pessoal e profunda que o tem [illegible] s quartéis, delegacias de polícia e estão [illegible] s diversas, na vã busca de informações. [illegible] mão, ex-deputado em Santa Catarina, foi [illegible] ado cassação logo depois do seqüestro e morreu [illegible] de torturas dele.

[illegible] ser dito, a fala de Wright é sóbria e [illegible] toda de críticas ou livre dos Sumos. [illegible] nica referência direta a Vlado contém [illegible] alavra de esperança: "Quando cria- [illegible] o agostar nos vale para cada e jamais acen- [illegible] suas ovelhas. Quando a noite vem, o pas- [illegible] maior. E durante a noite que nos reu- [illegible] em aqui. Quando os sumbos da noite [illegible] e Bom Pastor nos levará para casa. E lá [illegible] ontrar o mesmo abraço em cada um dos [illegible] ulsivos em Vladimir Herzog, para nos [illegible] amor agora".

Os segredos da cassação estão no cofre da AL

"O processo que culminou com a cassação de Paulo Stuart Wright foi um absurdo e está registrado no "livro negro" da Assembléia Legislativa." A opinião é do ex-deputado Antonio Pichetti, que em 1964 representava o Partido Republicano Progressista na Legislatura estadual e, ao lado de Genir Destri, do ex-PTB, cassado em 1968, morando hoje em Chapecó, negou-se a permanecer em plenário quando da votação que decidiu cassar Paulo Wright.

"Cassaram miseravelmente um colega", outro ele, "sob a alegação de falta de decoro parlamentar, um homem que, acima de tudo, era extremamente educado". Por duas vezes Pichetti ocupou a tribuna, na época, para discordar da cassação, mas foi voto vencido: Dos 43 parlamentares que ocupavam cadeiras na Assembléia Legislativa — do ex-PSD, UDN, PTB, PRP, PSP e PDC — apenas dois se negaram a votar. Os demais, concordaram.

Para Pichetti, Paulo Wright foi apenas o "bode expiatório" de um processo iniciado com a Revolução que, a partir de então, passaria a caminhar a passo acelerado em direção ao movimento revolucionário. Além de achar a atitude "ergonhosa" e um "ato de fraqueza imperdoável" Pichetti diz também não ter entendido até hoje porque o PTB aceitou concordar com aquele ato "absurdo" e talvez "o que que a Assembléia já cometeu até hoje".

O PRINCIPAIS?

~~Como presidente da comissão de Poder Legislativo do dia 07/64, o processo que culminou com a cassação de Paulo Wright ao qual foi um mesmo processo parte. Mas o progresso ocorreu em [illegible] relatando o andamento dos trabalhos, o [illegible] plenários, os debates [illegible] com a maioria, este guardado no cofre dos [illegible] Assembléia Legislativa e só [illegible] para [illegible] em especial a imprensa.~~

O que se sabe é que no dia 1º de junho de 1964 o Diário Oficial da Assembléia publicou um pequeno texto dizendo que, no dia nove de maio, às 19 horas, foi aprovada "em redação final o projeto de resolução que cassa o mandato do senhor Paulo S. Wright". A sessão, ao que parece, foi rápida. Pelo menos o DO não registra nada desta sessão. ~~No dia 11 de maio, um novo registro, dizendo que a ata da sessão anterior (nove) havia sido aprovada "sem restrições".~~

Antes disso, no entanto, houve uma tentativa para evitar a cassação do parlamentar, representante do PSP. No dia 6 de maio, às 17 h e 20 min, foi constituída a comissão especial para estudar o "dossiê" Paulo Wright, encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública, tendo sido eleito, para presidi-la, o deputado Paulo Preis (mais velho do grupo), secretário o deputado Genir Destri e integrada ainda por Antonio Pichetti, Ruy Hülse e Urbano Bertoldi.

No dia 5 de maio, as 18h30 min, em nova reunião, foi estudado novamente o ofício n.º 834 da Secretaria de Segurança e estabelecia os Senhores Armando Calil Bulos e Zani Gonzaga, como assessores da comissão. Na ocasião foi fixado um prazo de 48 horas para exame dos documentos. No dia seguinte, um novo documento foi anexado ao processo, encaminhado pelo general de Brigada Ernesto Geisel, Dele consta outro ofício, "dossiê" encaminhado pelo 5.º Distrito Naval.

Genir Destri, neste dia, usou a palavra e disse que "há indícios que justificam o processo" isto o mesmo feito a alçada da Assembléia Legislativa em face do concurso do Ato Institucional (o processo de uma vez, segundo que o governo fosse comunicado ao Presidente da República. Antonio Pichetti quis que fi-sse exclarecido em que vara quanto a data de publicação da matéria "Eles acabam com o Poder Poder". No entanto, cassaram Paulo Wright de 10 de maio de 1964 e, especialmente, que o fato tinha ocorrido em 13 de dezembro de 1961, antes, portanto, da posse do parlamentar cassado.

O presidente da comissão, Paulo Preis, invocou o artigo 106, do Regimento Interno da Assembléia, inciso II, e a Constituição, o artigo onze, para afirmar que aquele Poder não podia julgar a matéria em face da assinatura do Ato Institucional, cabia ao Presidente da República julgá-la.

No dia 8 de maio, em nova reunião, às oito horas da manhã, foi feita uma correção: O processo deveria ser enviado ao Conselho de Segurança Nacional. Nesse dia a comissão decidiu dar por encerrado os seus trabalhos e encaminhou o processo à presidência da Casa "para seu curso normal".

No dia 9 de maio, às 18 horas, em sessão ordinária, o parecer foi colocado na ordem do dia. A orientação da comissão especial — encaminhar o "dossiê" ao Conselho de Segurança Nacional — não foi seguida e Paulo Stuart Wright foi cassado.

A resolução n.º 83-64 diz o seguinte: "A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista a aprovação, pelo Plenário da Casa, em sessão de 9 do corrente, do parecer da resolução n.º 7/64, revista, art. 1.º — Fica, na conformidade do que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato Institucional, por infringência de disposições previstas na lei n.º 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, bem como o art. 141, do parágrafo 5.º, parte final, da Constituição Federal, cassado o mandato do senhor deputado Paulo Stuart Wright, eleito em 15 de outubro de 1962, sob a legenda do Partido Social Progressista (PSP)". art. 2.º —. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 11 de maio de 1964".

UDESC - FAED - IDCH

023 - NUNES, Hermínio. Assembléia deverá reabilitar Paulo Wright. **O Estado**, Florianópolis, 13 dez. 1992. Recorte de jornal.

ssembléia deverá reabilitar Paulo Wrigh

Filha lembra dos difíceis anos de ausência

Deputado vítima do arbítrio pode ser reabilitado

A Assembléia Legislativa começa a examinar a possibilidade de abrir processo para a reabilitação do deputado Paulo Stuart Wright, cassado em 1964 e desaparecido, supostamente executado pelos organismos da repressão. Leila Cristina, filha do deputado, lembra do pai desaparecido. Página 6

Hermínio Nunes



Leila, a filha de Paulo Wright

Nos anos de maior repressão política no Brasil, as famílias dos desaparecidos procuravam não mudar de endereço. O lugar na mesa da ceia de Natal permanecia vazio, como se alguém pudesse chegar inesperadamente. Essa angústia permaneceu por muitos anos entre os Wrigth que moravam numa chácara em Alcântara Machado,

João Paulo.

"Tinha doze anos quando soube da morte do meu pai. Mas a notícia nunca tinha sido dada efetivamente. A coisa ficou mais clara após a anistia, quando ele não apareceu", lembra a cientista social Leila Cristina Wrigth, 31 anos de idade, solteira e filha de Paulo Wrigth. Ela esteve em

sembléia Legislativa em homenagem aos desaparecidos políticos de Santa Catarina.

Ele sempre ia nos visitar, chegava com os bolsos do paletó cheios de "Sonhos de Valsa", perguntava como ia na escola, se já tinha aprendido a ler. Era atencioso com todos. Percorria à pé três quilômetros até a chácara da minha bisavó e mesmo clandestino cumprimentava a todos", lembra.

A última vez que Leila Cristina viu o pai, tinha oito anos de idade. "Eu nem tinha maturidade ou informação para saber o que se passava", assinala.

Caso o Brasil vivesse sob uma ditadura, "seguiria o caminho do meu pai, embora a mentalidade da nossa geração seja diferente. Não sei se daria a vida por um ideal" afirma, reconhecendo ter "um grande desencanto com a política. Desencanto muito grande, pela minha trajetória, pelo caso do meu pai".

Leila não é uma militante, tendo feito "algum trabalho em Almirante Tamandaré, onde dava orientação para uma escola rural", mas em 1989 votou em Lula nos dois

está um pouco decepcionada. "Minha

Hermínio Nunes



Leila, hoje: muito sofrimento

dos, problemas de identidade, muitas correntes. Lula decepcionou por causa daquela promiscuidade com o Quércia durante o processo do impeachment, a visita feita ao Roberto Marinho".

A filha de Paulo Wright tem críticas ao tratamento que vem sendo dado à memória do pai. "Não podemos esquecer que por trás dele existia outra pessoa. Parece que ele saiu do nada, fazem uma imagem estática dele. Ninguém lembra que há uma trajetória de vida, a formação dos pais". Critica o filme "PSW — Uma Crônica Subversiva", que foi "apenas um

A Fecopesca, por exemplo, que no filme não é trabalhada. A imprensa só trata da clandestinidade".

Formada em Ciências Sociais por influência do pai, lembra com angústia da mãe, Edemir, exímia pianista que faleceu em 1986 aos 50 anos de idade . "A mãe sofria muito, o que para nós era um sofrimento indireto. Minha mãe acabou arcando com tudo, com a casa, e acabou ficando meia esquecida. Ela também era parte importante da vida dele", explica com calma.

Nas cerca de duas horas qye permaneceu na Assembléia catarinense na última quarta-feira, foi discreta. Chegou perto das 18 horas e abraçou o tio Jaime Wrigth. Postou-se nos fundos do plenário, onde acabou sendo reconhecida e fotografada. Ficou um pouco assustada com as luzes de uma emissora de televisão. Acompanhou toda a sessão muito atenta.

Na saída foi apresentada a alguns amigos do pai, abraçou-os, conversou e em seguida retornou para casa. "Pessoalmente me lembro da delicadeza com que as pessoas se referem a ele. Quando encontro alguma pessoa que o co-

UDESC - FAED - IDCH

Cassação sumária e sem motivos

Cassação do deputado começa a ser revista durante esta semana

Celso Martins

A Assembléia Legislativa começa na próxima semana o processo de reabilitação do ex-deputado Paulo Wrigth, cassado no dia nove de maio de 1964, preso e morto em semtembro de 1970 pelo Doi-Codi paulista e até hoje desaparecido. "Ninguém tem o direito de fazer ninguém desaparecer. Não concordo com qualquer tipo de violência, principalmente se for pela forma de pensar", disse na sexta-feira o presidente da Assembléia, Gilson dos Santos (PDS).

Ele é favorável à criação de uma comissão do Legislativo para analisar todo o processo de cassação de Paulo Wrigth, "pois se existem diferenças elas devem ser superadas somente através da democracia", acrescentando que já nesta segunda feira vai conversar com seus colegas para estudar a melhor maneira de encaminhar o assunto.

Gilson dos Santos vai receber amanhã, no início da tarde, uma proposta do deputado Vilson Santin (PT), presidente da CPE que tenta localizar os arquivos do extinto DOPS, no sentido de transformar o Palácio Barriga Verde em Palácio Paulo Wrigth. "É a melhor maneira do poder Legislativo catarinense se reabilitar do erro cometido e limpar seu passado", anunciou.

Paulo Stuart Wrigth nasceu no dia dois de junho de 1933, em Joaçaba, no Meio Oeste do estado, filho do pastor presbiteriano Lathan e de Maggir Belle. Estudou o primário na escola criada pelo pai, o ginásio no Instituto Educacional de Passo Fundo e se graduou em Sociologia nos Estados Unidos.

Fugiu dos Estados Unidos para não ter que lutar na Coréia. De volta ao Brasil, se casou com Edemar Rickle, em Castro, no Paraná. Mais tarde se fixou em Joaçaba. De lá foi trazido pelo então governador Celso Ramos para dirigir a Imprensa Oficial.

Data daí o início de seu trabalho junto aos pescadores do litoral catarinense, organizando 27 centrais que se filiaram à Fecopesca, uma cooperativa que assinou convênio com o governo do estado e começou já no primeiro ano a dar lucro.

O golpe de 64, com centenas e centenas de prisões, fechamento de sindicatos e outras entidades e a censura à imprensa, instaurou em clima de pânico generalizado. Santa Catarina não ficou de fora e recebeu em fins de fevereiro a visita do embaixador norte-americano Lincon Gordon.

Foi recepcionado no Palácio do Governo, recebido com churrasco da recém-criada Universidade Federal, e homenageado pela Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Também esteve na Assembléia Legislativa. Durante sua estada conversou muito com o então comandante do 5º Distrito Naval da Capital, contra-almirante Murilo Vasco Vale da Silva e com o secretário da segurança, Jade Magalhães.

Poucas horas depois de Gordon partir, pousou na mesa do presidente da Assembléia, o ex-governador Ivo Silveira, um tal "dossiê" sobre "atividades subversivas" do deputado Paulo Wrigth, eleito em outubro de 1962 pelo Partido Social Progressista de Ademar de Barros, com o apoio do clandestino PCB.

Uma comissão especial foi constituída e em nove dias o plenário apreciava o pedido de cassação. Por falta de decoro parlamentar, foi eliminado da vida pública, com o único voto contrário de Genir Destri. Wrigth soube antecipadamente que armavam sua cassação e fugiu. Passou por Curitiba e foi a São Paulo.

No final de maio daquele ano buscou asilo na embaixada do México, no Rio de Janeiro, seguindo para aquele país em meados de julho. Retornou clandestinamente quase um ano depois passando a exercer ativa militância da AP - Ação Popular, agrupamento político de origem católica que aos poucos aderiu ao maoísmo.

"Paulo atuava em todo o Brasil, inclusive em Santa Catarina. Esteve na China. Era o principal teórico da AP. Ao longo dos anos conseguiu reunir uma quantidade espantosa de panfletos e jornais com dezenas de artigos dele sobre os mais variados assuntos", lembra o pastor Jaime Wrigth.

O ex-deputado catarinense permaneceu atuando clandestinamente até 1973. Nos primeiros dois ou três dias deste mês foi preso pelo DOI-CODI de São Paulo.

Paulo usava o nome de Pedro João Tim. Preso, foi levado o número 921 da Rua Tutóia, em Vila Mariana, São Paulo, onde o DOI-CODI funcionava. "O responsável pela morte de meu irmão - acusa Jaime - foi o então major do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra", hoje ocupando importante cargo em Brasília.

Ele foi visto nas dependências do órgão de repressão pela enfermeira Maria Diva de Faria, que prestou depoimento secreto ao STF, confirmando ter visto seu hóspede sendo barbaramente espancado. "Ele tinha problemas no coração e não resistiu às torturas. Sua morte não foi proposital, como mais tarde viria a ser a de Herzog", recorda.

A esperança é que ele esteja enterrado - assim como outros desaparecidos políticos - no cemitério de Perus, em São Paulo.

UDESC - FAED - IDCH

0026 - WRIGHT, Jaime. **Entrevista concedida a J.B. Nunes.** Recorte de jornal.

ENTREVISTA

026

por J.B. Nunes

Jaime Wright é filho de missionários, mas nascido no Brasil e portanto brasileiro. Atuou durante anos na Missão Presbiteriana do Brasil Central e hoje trabalha na arquidiocese de S. Paulo, na pastoral dos direitos humanos. o Rev. Jaime Writh concedeu esta entrevista/exclusiva a Contexto, narrando fatos importantes de sua caminhada de luta em defesa dos direitos humanos.

QUAL A SITUAÇÃO ATUAL DOS PAISES—ESPECIALMENTE DA AMÉRICA LATINA—NOS QUAIS, OS DIREITOS HUMANOS TÊM SIDO FREQUENTEMENTE VIOLADOS?

Os paises da América Latina, continuam a sofrer repressão de modo generalizado, alguns mais abertamente, outros menos, e os direitos humanos violados, com anuência, interferência e aprovação dos EUA. Só pra você ter uma idéia, a Guatemala, que é um país pequeno comparado com a Argentina, tem mais desaparecidos que a Argentina. Ela tem 50 mil desaparecidos. A Argentina teria mais de 600 mil desaparecidos, se fosse na mesma proporção da Guatemala, que não só é pequena na população, como também no território. O Brasil está numa situação melhor, resultante da participação da igreja na denúncia dos direitos humanos. Eu fiz parte de uma comissão da arquidiocese de S. Paulo, o Comitê de Defesa dos direitos humanos do Cone Sul (Clamor) e há cinco anos venho denunciando a violação dos direitos humanos, no Uruguai, Argentina, Chile e de vez em quando no Paraguay e Bolívia e creio que esse trabalho tem produzido resultados muito bons. Aprendemos com isso, que há uma relação causa e efeito e que a repressão aqui na América Latina é a pressão do capital estrangeiro, necessário ao desenvolvimento latino-americano, que estabelece uma condição sine-qua-non, para sua presença aqui. Tanto governos do 1º mundo, quanto bancos e empresas multinacionais, condicionam seus empréstimos a um clima político estável. Como é que vai se conseguir esse clima político estável, onde prevalece a injustiça, os desníveis econômicos e sociais? Esse clima político estável só se consegue através de repressão, onde especialmente os trabalhadores e estudantes são reprimidos, visto que eles estão sempre na base de todas as transformações sociais no continente. Os trabalhadores não podem fazer suas greves e os estudantes não podem se organizar. Inclusive no nosso pior período de repressão aqui, as próprias entidades de jovens de igrejas tiveram dificuldades de se organizarem. Então, o que as igrejas do primeiro mundo precisam entender, é que elas são coniventes com essa repressão na medida em que não pressionam seus governos e bancos, para evitarem essa repressão.

QUAL FOI SUA PARTICIPAÇÃO NO RELATÓRIO FEITO NA ARGENTINA SOBRE OS DESAPARECIDOS E QUE FOI ENTREGUE RECENTEMENTE AO PRESIDENTE ALFONSIN?

O Clamor publicou ano passado, a maior lista até então, de desaparecidos. Esta lista em forma de livro, tem os nomes de 7.291 desaparecidos e resultou no trabalho de denúncias que recebemos na Arquidiocese de S. Paulo, feitas ao próprio D. Paulo Evaristo e também à nossa comissão. E foram tantas as denúncias que sentimos o dever de fazermos a compilação e colocar este instrumento de trabalho nas mãos das 8 entidades argentinas que trabalham na área de direitos humanos. Foi o que fizemos. No fim da ditadura, este já circulava na Argentina, considerado, claro, um livro extremamente subversivo. Ele tem introdução de D. Paulo, mostra a localização dos Campos de detenção clandestinos e inclui também o nome de crianças desaparecidas. Não inclui nas denunciado pelas próprias mães e hoje elas se constituem na organização chamada "Avós da Praça de Maio", e já conseguiram encontrar mais de 20 dessas crianças. Muitas dessas crianças foram entregues a militares estéreis, como troféus de guerra. Então, a Assembléia permanente da Argentina, o Seviço de Paz e Justiça de Adolfo Perez Esquivel, o Movimento Ecumênico de direitos humanos e outras 5 organizações, usaram este livro para conferir às denúncias que elas mesmo tinham recebido. E a própria comissão, quando entregou o relatório final ao presidente Alfonsin, declarou publicamente a gratidão ao Clamor por ter dado a base inicial para investigação.

A PARTIR DE QUANDO O SR. COMEÇOU A TRABALHAR COM ESSES ORGANISMOS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS?

Eu ja vinha trabalhando com o Cardeal de S. Paulo na minha antiga função de presidente da Missão Presbiteriana do Brasil Central. Quando ela entrou no período de dissolução, eu continuei trabalhando com ele, já que fora ele, o primeiro a me ajudar no caso do meu irmão que desapareceu em S. Paulo. Meu irmão, Paulo Stuart Wright, foi sequestrado pelo 2.o Exército, nas ruas de S. Paulo, na 1.a semana de setembro de 1973, e levado para o DOI-CODI, na Rua Tutóia. Sabedor de que eu não teria apoio de nenhum dos líderes evangélicos de S. Paulo, porquanto na sua quase totalidade, apoiaram o regime militar, como continuam apoiando. Então, fui ao Cardeal Arcebispo, o qual me ajudou desde então eu tenho trabalhado com ele na denúncia desse tipo de violação de direitos humanos. Era um período muito difícil, não se podia publicar nada. Nesse tempo, começou chegar à S. Paulo, centenas de famílias, refugiados políticos que vinham do Uruguai, Chile e Argentina. Nós sentimos a necessidade de estruturar de uma forma emergencial uma maneira de atender essas pessoas. Ironicamente, elas vinham ao Brasil, pois foi o próprio Brasil que exportou para esses paises a revolução, mas nós naquele momento nos encontrávamos em situação melhor em termos de repressão. Então, surgiu o Clamor e passamos a entrar em contacto com entidades, pessoas desses países para ver o que poderíamos fazer para ajudá-los, na sua própria repressão.

"Muitas dessas crianças foram entregues a militares estéreis como troféus de guerra".

QUE TIPO DE PRESSÃO EXERCE ESSES ORGANISMOS SOBRE OS GOVERNOS DITATORIAIS?

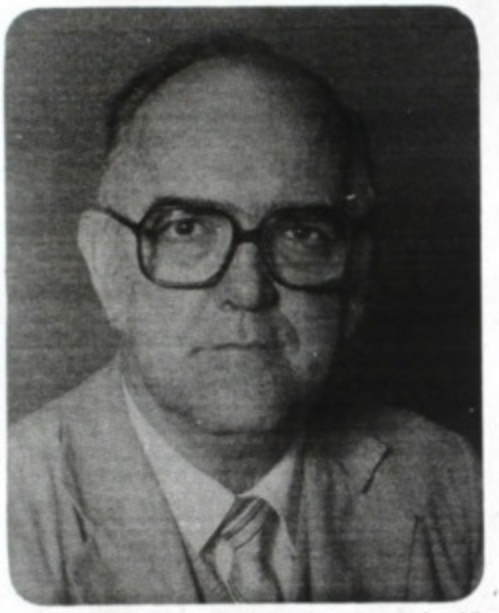
Vou dar o exemplo da Argentina. Lá foi importantíssimo a atuação das 8 entidades. Eu mesmo participei da primeira manifestação das 8 entidades nas ruas de Buenos Aires em outubro de 82. Foi a primeira vez que o povo saiu às ruas sob a liderança dessas entidades civis, para protestar contra a ditadura e pedir informações sobre os desaparecidos. Eu senti a necessidade de ir lá e sair também às ruas. A manifestação tinha sido proibida, mas as entidades anunciaram publicamente através de Adolfo Esquivel, que sairiam mesmo assim e 10 mil pessoas sairam às ruas. Haviam tanques nas ruas muito à semelhança do que houve em S. Paulo no tempo de Erasmo Dias. A manifestação foi muito aplaudida pelas pessoas que estavam nos prédios e fomos obrigados a desviar sempre do nosso destino que era chegar a Praça de Maio, onde está o Palácio do Governo e não nos deixaram chegar lá. Mas nos fizeram ir por outras ruas e isso foi muito bom, serviu para conscientizar pessoas. Na verdade, no instante em que o povo sai às ruas, começa perder o medo da repressão, e quando perde o medo, começa a haver mudanças e o medo agora é transferido para o sistema. Foi o que aconteceu no Brasil.

UDESC - FAED - IDCH

Jaime Wright

O SR. ACOMPANHOU BEM DE PERTO OS DIAS NEGROS DA DITADURA NO BRASIL. COMO O SR. VIU ESSE TEMPO?

Foi um período de muito trabalho para nós que estávamos engajados na denúncia de violação dos direitos humanos. Nossa própria família estava diretamente envolvida em função do meu irmão estar como vítima da repressão. Nós nos propusemos a partir daquela experiência, a trabalhar de tal forma que essas coisas jamais se repetissem na nossa história. Veja bem, do período de Getúlio, não há quase registro do que ocorreu naquela época. Eu me lembro quando menino, em Sta Catarina, para eu viajar de trem à Passo Fundo, no RS para estudar, eu só podia viajar com salvo conduto, dado pela polícia, coisa que não aconteceu neste último período de repressão. Há pessoas que já perderam a memória do que houve no tempo da repressão de Getúlio como "líder trabalhista". Então, nós estamos colocando em registro tudo o que aconteceu, para que essas denúncias estejam sempre na memória do povo brasileiro, para que isso jamais se repita.



Rev. Jaime Wright, Pastor Presbiteriano, colabora com a Arquidiocese de São Paulo na pastoral de direitos humanos.

A VEJA TROUXE UMA ENTREVISTA COM JIMMY CARTER, POR OCASIÃO DE SUA RECENTE VISITA AO BRASIL, NA QUAL ELE FALA DA SUA POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS. COMO O SR. VIU A POLÍTICA DE CARTER E COMO VE A DE REAGAN ?

Bem, toda história da política externa-norte-americana (mais de 200 anos) houve um período curtíssimo de 4 anos no governo de Jimmy Carter, em que o governo colocou os direitos humanos como prioridade maior pra todo mundo ver. Nós não temos conhecimento maior do que ocorreu internamente nos EUA, mas não há dúvidas que externamente, a política dos direitos humanos não sómente beneficiaram ao Brasil, mas também a todos os paises do Cone Sul. Vou dar um exemplo bem concreto. Sabendo da visita de Carter ao Brasil, preparamos junto com o jornalistas da "Folha de S. Paulo", duas páginas especiais sobre a violação dos direitos humanos que tinham ocorrido durante a repressão e que até então, a censura não havia permitido publicação, inclusive com o nome dos desaparecidos, uma foto do meu irmão, com uma biografia, uma carta de D. Paulo escrita a Jimmy Carter, dando-lhes boas vindas ao Brasil e uma resposta que Carter havia enviado. Esse material foi preparado na presuposição que a Polícia Federal não teria coragem de censurar o jornal no dia em que o presidente dos EUA chegasse ao Brasil e apostamos nisso. E foi o que ocorreu. No dia em que Carter chegou à Brasília, a "Folha de S. Paulo" publicou então essas duas páginas com fatos estarrecedores para o público, porque até então ninguém conhecia através da imprensa que essas coisas tinham acontecido. Então este fato foi o princípio do levantamento da censura sobre os meios de comunicação e isso se deve especialmente à visita de Carter e sua política de direitos humanos. Em relação à Reagan, eu nem gostaria de falar. Nós torcemos por sua derrota, porque consideramos o governo mais nefasto, em termos de direitos humanos, porque permite em última análise que governos amigos torturem pessoas. Mas se condena somente a violação dos direitos humanos nos paises comunistas. Então, esse apoio aos governos militares repressivos da A. Latina, pelo governo Reagan e seu apoio agora aos governos militares na América Central, é a coisa mais desprezível inteiramente de direitos humanos e de soberania nacional. Ele está desrespeitando inteiramente o direito dos povos da América Central, de procurarem o seu próprio destino, como o povo nicaraguense conseguiu.

"Procurei D. Paulo Evaristo, sabedor que não teria apoio de nenhum dos líderes evangélicos de S. Paulo".

GOSTARIA QUE O SR. DEIXASSE UMA PALAVRA Á IGREJA BRASILEIRA E AOS ORGANISMOS ECUMÊNICOS, NESTE DIA QUE LEMBRA OS DIREITOS HUMANOS.

O que eu gostaria de dizer à Igreja e aos crentes é que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, está inteiramente baseado em tradição judaico-cristã. Eu tive o privilégio de ser convocado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) em 1973 para dirigir o projeto de emergência dos direitos humanos. No ponto mais negro da repressão brasileira, surgiu a CESE. Era a primeira vez que a Igreja Católica no Brasil se unia às Igrejas membros do Conselho Mundial de Igrejas para fazer uma entidade brasileira. Antes de se estruturarem, resolveram fazer esse projeto, ou seja, a publicação da Declaração Universal dos direitos humanos com citações bíblicas e declarações oficiais de Igrejas evangélicas e católicas. Eu dirigi esse projeto e incluimos no texto dos 30 artigos, 200 versículos bíblicos que apoiam inteiramente os artigos da Declaração. Esse livro teve 4 tiragens num total de 1.800 exemplares. E não seria mal lembrar que há várias parábolas de Jesus, que poderiam ser descritas como parábolas de direitos humanos. Por ex. a parábola do samaritano, que ilustra o dever que os cristãos tem de estender uma mão de misericórdia ao necessitado, apesar de todas as barreiras. Porque quando o samaritano moveu-se de íntima misericórdia, ele não se incomodou com a identidade da pessoa, nem com a raça, se vinha de um país vizinho ou não. Era uma pessoa necessitada e este é o único critério para a pessoa que trabalha na área de direitos humanos e para o cristão: Mover-se de íntima compaixão diante de toda a necessidade que o povo de Deus estiver passando.

ATENÇÃO

CONTEXTO não circulará em janeiro,

devendo retornar a partir de fevereiro

UDESC - FAED - IDCH

030 - PIZARRO, Carlos. Revolução em Santa Catarina. [?], jan./fev. Recorte de jornal. Dados da matéria de Eber Ferter, assessor de Paulo Wright no trabalho de direção da FECOPESCA.

030

★ Escreve:
Carlos Pizarro *

REVOLUÇÃO

NO EXTENSO LITORAL de Santa Catarina, cêrca de 25 mil famílias outrora relegadas ao mais completo abandono — foram redimidas da miséria e do sofrimento pelo esfôrço titânico de um jovem sociólogo presbiteriano que iniciou sua carreira nos bancos de uma escola evangélica catarinense, graduou-se na América do Norte, fez-se operário e líder sindical para conhecer de perto a vida e as reações dos homens de fábricas, e conseguiu galgar a Assembléia Legislativa de seu Estado: o deputado Paulo Stuart Wright. Tal esfôrço traduz-se em uma sigla — a FECOPESCA — e constitui-se na mais autêntica tentativa de levar o pescador brasileiro a superar as medievais condições de vida e trabalho a que foi lançado pelo descaso das autoridades.

EM STA. CATARINA

* Os dados para esta reportagem foram colhidos pelo jovem pastor Eber Ferter, que assessora Paulo S. Wright em seu trabalho de direção da FECOPESCA.

CM 9 JAN.-FEV.

UDESC - FAED - IDCH

COMO SURGIU

A FECOPESCA — Federação das Cooperativas de Pesca de Santa Catarina — nasceu de uma viagem empreendida por Paulo Wright ao litoral de Santa Catarina no mês de julho de 1961.

Sociólogo capaz, profundo conhecedor dos problemas que afligem o povo brasileiro e possuidor de um coração generoso, Paulo vinha se preocupando com a situação do homem-do-mar catarinense já há bastante tempo. As excelentes condições para a exploração da pesca no litoral do Estado, contrastando-se de maneira gritante com os precários recursos de que dispunham as populações praianas despertavam em seu coração um desejo ardente de fazer alguma coisa de concreta para revolucionar aquele "statuos quo" e dar origem, na região, a um surto de progresso por muitos julgado impossível.

Partindo do princípio de que, numa região de tão escassos recursos financeiros, os únicos elementos de que poderia dispor seriam os oferecidos pela natureza — uma extensa costa habitada por cardumes os mais ricos e variados — e o trabalho conjunto da grande massa de pescadores, chegou à conclusão de que a primeira medida a ser tomada seria a unificação das diversos populações praianas. E, assim, idealizou uma rêde de pequenas cooperativas federadas que trabalhassem com vistas a um ideal único e em benefício da coletividade.

Foi a isto que se prestou a viagem de meados de 61.

"Naquela oportunidade — explica o próprio Paulo Wright — percorri, em companhia de vários outros companheiros, dentre os quais o Dr. Antonio Bacila, todas as colônias de pesca do Estado, de norte a sul. Em cada localidade, permanecíamos durante algum tempo, explicando aos pescadores as razões por que se fazia necessária a unificação, descobrindo as lideranças naturais ou eventuais e marcando assembléias para a eleição das diretorias dos primeiros núcleos que se constituiriam, mais tarde, nas cooperativas federadas. Estava iniciado o nosso movimento".

Concretizado aquele primeiro passo, Paulo e seus companheiros passaram à busca dos recursos para o primeiro impulso. Haviam apelado ao governo federal e aguardavam que uma das "unidades móveis de crédito agrícola", recém-criadas pelo então presidente Jânio Quadros viessem a atender às suas necessidades. "Esperávamos — afirmou à CRUZ DE MALTA o jovem líder cooperativista — que o sr. Jânio Quadros, através de um de seus famosos bilhetes viesse a liberar o financiamento necessário para colocarmos em funcionamento as cooperativas".

Aquelas alturas, entretanto, estourou a crise de agôsto, e tôdas as esperanças de financiamento vieram por água abaixo. Paulo Wright e seus companheiros, todavia, não desistiram do intento de redimir os pescadores catarinenses e, passados aquêles dias de conturbação nacional, iniciaram o recolhimento da documentação e dos dados necessários à constituição da Federação. Meses após o reinício das atividades — já em princípios de 1962 — e depois de uma assembléia de que tomaram parte todos os núcleos anteriormente visitados, era organizada a FECOPESCA, com um total de 27 cooperativas associadas.

UDESC - FAED - IDCH